

Diário Oficial



Estado de Pernambuco

Ano LXXXII • Nº 199

Poder Legislativo

Recife, sexta-feira, 25 de novembro de 2005

Frente parlamentar se reúne com EMTU

Justiça concedeu liminar determinando a redução da passagem de ônibus

Os parlamentares que integram a Frente Parlamentar em Defesa do Consumidor da Assembléia se unirão ao movimento nacional visando à desoneração do transporte público coletivo. De acordo com o presidente da Frente, Sérgio Leite (PT), os deputados se engajarão na luta, "que já começou em todo o Brasil, a fim de diminuir impostos e conseguir subsídios para o setor, e, assim, possibilitar a redução dos custos do sistema e das passagens".

Na tarde de ontem, o Ministério Público de Pernambuco (MPPE) conseguiu obter uma liminar suspendendo o reajuste das passagens de ônibus. A ação civil pública contra o Governo do Estado e a EMTU foi avaliada pelo juiz da 7ª Vara da Fazenda Pública, José Viana Ulisses Filho. A medida deve entrar em vigor após a EMTU e o Executivo serem oficialmente notificados.

A decisão foi anunciada após reunião realizada, on-



MOISÉS BARBOSA

CUSTO - Parlamentares apreciaram planilha apresentada por Evandro Avelar

tem, na Empresa Metropolitana de Transportes Urbanos (EMTU). Na ocasião, foi apresentado o cálculo da tarifa de ônibus na Região Metropolitana do Recife (RMR), atendendo aos movimentos estudantis que reivindicam a diminuição do percentual de

reajuste das passagens.

No encontro, o presidente da EMTU, Evandro Avelar, destacou que "a redução de custos depende da união das três esferas governamentais". Uma das medidas, segundo Avelar, poderia ser a isenção dos 5% cobrados pela Prefeitura do Recife

com o Imposto sobre Serviços (ISS).

Na reunião, foi formalizado, ainda, o ingresso do movimento estudantil no Conselho Metropolitano de Transportes Urbanos. O presidente da União dos Estudantes de Pernambuco (UEP), Geraldo Vilar, será o

representante da classe. "Nesta reunião, tivemos somente a apresentação dos dados. Levaremos as planilhas para técnicos especializados e analisaremos com cuidado, mas vamos permanecer com as mobilizações porque não dá para analisar o aumento levando em consideração somente os custos das empresas", destacou.

Sérgio Leite salientou que técnicos da Assembléia também estudarão as planilhas. O presidente da Comissão de Defesa da Cidadania da Alepe, deputado Roberto Leandro (PT), participou do encontro. Estiveram presentes ainda o presidente da Ordem dos Advogados do Brasil - Seccional Pernambuco, Júlio Oliveira; o vereador de Olinda Marcelo Santa Cruz e representantes do Fórum Pró-consumidor e da Prefeitura do Recife.

PLENÁRIO - À tarde, Roberto Leandro repercutiu a visita e defendeu a necessidade de se encontrar uma saída para que

a população não arque com o reajuste médio de 9,55% nas passagens de ônibus, uma vez que a planilha de custo apresentada pela EMTU não permite a redução, devido à margem de lucro das empresas ser de apenas 1%. "É preciso que o poder público subsidie as passagens. O aumento salarial não acompanha esse reajuste", disse, reforçando o poio à mobilização estudantil e criticando a "truculência" da Polícia Militar.

O deputado Nelson Pereira (PCdoB) denunciou o "monopólio" nas empresas de ônibus e defendeu a abertura urgente de licitação para a concessão dos serviços. "As autorizações estão sendo renovadas sem que haja concorrência. Isso vicia e impede que seja praticado um preço justo nas passagens", denunciou, afirmando que, há cerca de dois anos, a Comissão Especial de Transporte da Alepe, presidida por ele, alertou o Governo para um possível conflito.

Patrono do Legislativo

Projeto enaltece atuação de Joaquim Nabuco

Fortalecer ainda mais a importância e a memória do patrono da Assembléia Legislativa, Joaquim Nabuco, é o objetivo do Projeto de Lei Ordinária nº 1149/05, que visa instituir 19 de agosto como Dia de Pernambuco. A data marca o nascimento do abolicionista, em 1849. A proposta começou a tramitar na Alepe por iniciativa do 2º vice-presidente da Casa, deputado Raimundo Pimentel (PSDB). "Muitas vezes, Joaquim Nabuco é esquecido em detrimento de outras figuras, como Maurício de Nassau. No entanto, nenhum outro pernambucano de nas-

cença foi tão representativo para a história do Estado quanto ele", declarou o parlamentar, acrescentando que a proposição conta com o apoio de vários nabuquistas que dedicam sua vida ao estudo do trabalho de Joaquim Nabuco. "Não há paralelo no Estado para a figura e o papel que ele desempenhou".

Entre as ações que visam disseminar o pensamento político-social de Nabuco, estão o incentivo de estudos e debates das idéias do estadista; a transformação da casa onde Nabuco nasceu, na Rua da Imperatriz, centro do Recife, em monumento

estadual; a construção do Monumento à Joaquim Nabuco, no Cais da Aurora; a proposta para que todas as cidades pernambucanas possuam um logradouro com o nome do patrono da Alepe e o incentivo à restauração e preservação dos documentos relacionados a Joaquim Nabuco que se encontrem sob a guarda de instituições estaduais.

"Para implementar as diferentes ações, pretendemos estabelecer contatos de cooperação técnico-financeira com instituições de pesquisa e acadêmicas, objetivando divulgar a personali-



ROBERTO SOARES

PIMENTEL - 2º vice-presidente é autor da proposta

dade, o ideário, a obra literária, a atuação cívico-política e, sobretudo, a luta de

Joaquim Nabuco pela igualdade racial no Brasil."

Nabuco exerceu diversos

cargos. Foi diplomata, parlamentar, político, jornalista, reformador social, além de ter sido o primeiro embaixador do Brasil nos Estados Unidos, resultado dos contatos estabelecidos quando obteve o seu primeiro cargo público, o de adido da legação nos EUA. Ele ainda instalou em sua residência a Sociedade Brasileira contra a Escravidão, desafiando a elite conservadora da época, e participou da fundação da Academia Brasileira de Letras, da qual Nabuco se tornou secretário perpétuo. O abolicionista morreu no dia 17 de janeiro de 1910.

Conselho defenderá direitos das mulheres

Tema foi abordado pelas parlamentares da Alepe

A implantação do Conselho Estadual dos Direitos da Mulher foi discutida, ontem, na reunião da Comissão de Defesa dos Direitos da Mulher da Alepe. A entidade já foi criada por lei, faltando apenas a instalação e a nomeação da direção pelo Governo do Estado.

De acordo com a presidente do colegiado, deputada Jacilda Urquiza (PMDB), já foi feito um contato com a secretária-chefe do Gabinete Civil, Lúcia Pontes, para que, antes do dia 15 de dezembro, haja uma reunião e o Conselho seja instalado.

A parlamentar disse que a Comissão está trabalhando para que, em 2006, o colegiado e o Conselho possam, em conjunto, desen-



RINALDO MARQUES

VIOLÊNCIA - Problema preocupa colegiado feminino

volver ações e acompanhar políticas públicas no Estado para proteger a mulher vítima de violência. Jacilda lembrou que, hoje, é o Dia Latino-Americano de Combate à Violência contra a Mulher. "É um momento de refletir sobre essa questão

que aflige o sexo feminino", ressaltou.

O Projeto de Lei nº 1159/05, de autoria do deputado Roberto Leandro (PT), que institui a data 6 de dezembro como o Dia da Mobilização dos Homens pelo Fim da Violência contra

as Mulheres, foi elogiado pela deputada Teresa Leitão (PT), vice-presidente da Comissão. Ela sugeriu que o colegiado solicite à organização do seminário nacional sobre o "Enfrentamento da Violência contra as Mulheres" dados para fundamentar as ações da Comissão.

Teresa destacou que o evento, que está acontecendo no Recife, conta com a participação do Governo do Estado e da Secretaria Especial de Políticas para Mulheres, vinculada à Presidência da República. A deputada Aurora Cristina (PMDB), que também participou da reunião, falou da importância do Conselho Estadual como um espaço para que as mulheres reivindiquem leis e iniciativas.

Combate à agressão é celebrado hoje

O Dia Latino-Americano de Combate à Violência praticada contra a Mulher, comemorado hoje, voltou a ser registrado, à tarde, no Plenário. As deputadas Teresa Leitão (PT), Jacilda Urquiza e Aurora Cristina, ambas do PMDB, Ana Cavalcanti (PP), Ceça Ribeiro (PSB) e o deputado Roberto Leandro (PT) ressaltaram a importância da data, as conquistas femininas e a necessidade de enfrentar o problema. Os parlamentares também elogiaram a Casa pela criação da Comissão de Defesa dos Direitos da Mulher.

Teresa ressaltou o projeto de Leandro, em tramitação, instituindo 6 de dezembro como o Dia Estadual de Mobilização dos Homens pelo Fim da Violência contra a Mulher, e o Projeto de Lei nº 4559/04, aprovado na Comissão de Finanças e Tributação da Câmara dos Deputados, que cria mecanismos para coibir a violência doméstica contra as mulheres.

"Os quatro deputados que pediram a palavra e o presidente da Comissão foram unânimes em elogiar o projeto do Poder Executivo Federal e a atuação das relatoras Yeda Crusius (PSDB/RS) e Jandira F e g h a l i (PCdoB/RJ)", declarou.

Jacilda destacou as histórias das irmãs Mirabal e da paquistanesa Mukhtar Mai, que se tornaram símbolos de

luta contra a opressão. "A data é uma homenagem as irmãs, que foram assassinadas por lutar contra a ditadura de Rafael Trujillo na República Dominicana. Por sua militância, foram presas e sofreram tortura", explicou.

Ana e Aurora voltaram a defender a instalação do Conselho Estadual de Defesa dos Direitos da Mulher. Ceça comentou as dificuldades femininas na conquista dos espaços políticos e Leandro afirmou que a luta contra a violência não é apenas da mulher, mas da sociedade.

Vários deputados citaram ações do Parlamento

Abastecimento

Interior amarga escassez de água

Os problemas de abastecimento de água enfrentados pelos municípios do Agreste do Estado foram tema de pronunciamento do deputado Roberto Liberato (PFL), na tarde de ontem. De acordo com o parlamentar, "há a necessidade urgente de um estudo técnico para solucionar o problema e a interligação dos municípios de Altinho, Ibirajuba e Cachoeirinha ao sistema adutor da Barragem do Prata".

Liberato informou que encaminhará um ofício solicitando uma audiência com o governador Jarbas Vasconcelos (PMDB) para tratar da questão. O encontro deverá contar com a presença dos deputados pefelistas Adelmo Duarte e Mavial Cavalcanti. De acordo com o parlamentar, o assunto também será levado ao secretário estadual de Infra-Estrutura, Fernando Dueire, em encontro marcado para a próxima segunda-feira.

"A Barragem do Mondé só

tem capacidade para atender a população de Altinho por mais dois meses. Essa é uma reivindicação de lideranças do município, entre elas, o prefeito, Edmilson Melo; o ex-prefeito Carlos de Castro; o vereador Peba e o ex-vereador Zé do Café", destacou. O deputado também solicitou o envio de carros-pipa para beneficiar as zonas rurais de Agrestina, Altinho, Riacho das Almas, Caruaru, São Caetano, Pesqueira e Bezerros.

Os deputados Adelmo Duarte, Mavial Cavalcanti e Ana Cavalcanti (PP), em apartes, uniram-se à preocupação de Liberato com os problemas de abastecimento no Agreste. Mavial também sugeriu a realização de uma audiência pública para discutir a questão e Ana Cavalcanti registrou que Pombos, na Zona da Mata, e Carnaubeira da Penha, no Sertão, também estão sofrendo com a escassez do produto.

Movimentos sociais

Nélson defende a Reforma Agrária

A desburocratização da Reforma Agrária em Pernambuco foi solicitada, ontem, pelo deputado Nélson Pereira (PCdoB). "Ao longo de 20 anos, os principais movimentos de luta camponesa travam uma batalha ferrenha pela democratização do uso da terra no Estado. O que presenciamos, hoje, no Inkra/PE, é a grande dificuldade em administrar o dinheiro destinado à Reforma Agrária", declarou.

O parlamentar destacou o protesto realizado no último dia 23 por grupos sociais, como o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), Comissão Pastoral da Terra (CPT) e o Movimento Terra, Trabalho e Liberdade (MTL). Eles bloquearam, por cerca de quatro horas, três pontos da BR-101 e outro da BR-232.

"Os agricultores cobram que a meta do Governo Federal em assentar 8.800 famílias seja cumprida. Nos 11 primeiros meses deste ano, a superintendência do Inkra no Recife assentou apenas mil famílias. Os movimentos apontam a falta de estrutura do instituto como uma das causas da lentidão" disse o deputado, acrescentando que o Governo Fede-

ral acenou com a contratação de 1.300 funcionários para o Inkra, mas o concurso ainda não foi concretizado.

Denúncias de lideranças camponesas afirmam que "a maior parte dos procuradores do órgão é ideologicamente contrário à Reforma, pois muitos receberam seus cargos de políticos da época da ditadura ou são sócios ou proprietários de escritórios de advocacia que defendem os latifundiários em diversos processos".

Pereira declarou que "não se pode admitir que por conta da burocracia, da falta de habilidade e de uma construção política viável volte para Brasília o dinheiro destinado à Reforma Agrária em Pernambuco". Para Nélson, é preciso fazer um encaminhamento ao Inkra e ao Poder Judiciário para que a desburocratização seja viável e, assim, a meta estabelecida pelo Governo Federal, cumprida.

"Atualmente, 18 processos de imissão de posse estão sub judice. Em outros casos, como os dos Engenheiros Prado e Pereira Grande, a Justiça local suspendeu a imissão de posse de áreas já declaradas improdutivas e desapropriadas."

PLENÁRIO

Campeonato brasileiro

A inclusão nos Anais da Casa do artigo intitulado *Só depende de nós*, de autoria do membro da Academia Pernambucana de Letras e dos Conselhos Estadual e Municipal de Cultura Rinaldo de Oliveira foi solicitada, ontem pelo deputado Sebastião Rufino (PFL). O texto, publicado na edição de ontem, na *Folha de Pernambuco*, "relata o desejo dos torcedores pernambucanos amantes do futebol que aguardam ansiosos pela final do campeonato brasileiro da série B".

"É isso o que estou dizendo. Só depende de nós. O Recife, neste sábado, vai amanhecer colorido. De encarnado e branco e de encarnado, preto e branco. Alvirrubros e tricolores de mãos dadas, como se fossem um time só, de 22 jogadores, 16 reservas, dois técnicos e uma torcida de 80 mil pessoas, ensurdecendo os visitantes", destacou, lendo o texto. O parlamentar afirmou estar torcendo pelo sucesso tanto do Santa Cruz quanto do Náutico na classificação para as finais do campeonato brasileiro da série B. Ana Cavalcanti (PP) apartou o parlamentar, parabenizou-o e elogiou "a forma como as torcidas dos dois times estão agindo".



Educação vai a Brasília discutir hora/aula

Ação judicial fixa valor em 3,5% do salário mínimo

A Comissão de Educação e Cultura da Alepe irá, no próximo dia 29, a Brasília para tratar o reajuste da hora/aula dos professores da rede estadual de ensino com o ministro do Supremo Tribunal Federal (STF) César Pelluzo. A decisão foi anunciada ontem, em reunião do colegiado. Parlamentares da Comissão, juntamente com deputados federais, tentarão garantir a ação judicial que estabelece o valor da hora/aula em 3,5% do salário mínimo.

Segundo a vice-presidente do colegiado, deputada Teresa Leitão (PT), a ação foi julgada pelo STF, que deu ganho de causa aos docentes. No entanto, o Governo do Estado utilizou todos os prazos legais e conseguiu uma ação rescisória no STF suspendendo todos os processos em curso no Supre-



STF - Órgão concedeu ganho de causa aos professores

mo. "Vamos mostrar a situação desses professores, que aguardam, há muitos anos, um reajuste salarial. Esperamos que a ação seja cumprida", afirmou a deputada.

O assunto já foi discutido em audiência pública na Alepe, em setembro passado. Na ocasião, representantes dos professores in-

formaram que Pernambuco é o Estado brasileiro que pior paga à categoria. Um docente na última faixa salarial recebe cerca de R\$ 630,00, o que representa R\$ 3,5 por hora/aula. Com a isonomia salarial, esse valor passaria para R\$ 10,50 e o salário referente a 200 horas/aula ficaria em torno de R\$ 2.100,00.

Ainda na reunião de ontem, o presidente do colegiado, deputado Roberto Liberato (PFL), frisou a participação da Comissão no fórum de debates em Caruaru, no Agreste do Estado, que vai discutir o papel do Ensino Superior na região.

Também foram distribuídos 12 projetos de lei e aprovados três. Entre eles, o de nº 1031/2005, que denomina a Barragem do Prata de Barragem do Prata Governador Miguel Arraes de Alencar. A proposta, de autoria de Liberato, é um reconhecimento ao trabalho do líder político que morreu este ano. O manancial está localizado nos municípios de Bonito, Belém de Maria e São Joaquim do Monte, Agreste do Estado. Também participaram da reunião os deputados Maviael Cavalcanti (PFL) e Jacilda Urquiza (PMDB).

Zona rural

Moraes cobra dados da Celpe

ROBERTO SOARES



A necessidade de realizar uma audiência pública, convocando a Associação Municipalista de Pernambuco (Amupe), a Celpe e o Procon para investigar as cobranças da taxa de iluminação pública nas propriedades rurais, foi defendida, ontem, pelo deputado Antônio Moraes (PSDB).

O caso foi denunciado pelo parlamentar, na reunião plenária da última quarta-feira. Porém, a *Folha de Pernambuco* publicou, ontem, o posicionamento da Celpe, que responsabilizou as Prefeituras.

Segundo a reportagem, a companhia informou que o cliente citado na denúncia feita pelo vice-líder do PSDB está cadastrado na categoria residencial, portanto a empresa recolhe a taxa de iluminação pública de acordo com a lei sancionada pelo prefeito de Vicência e votada na Câmara dos Vereadores.

"Se as Prefeituras estão fazendo essas arrecadações, é

FOLHA - Publicou matéria

importante a posição da Arpe e do Procon sobre a legalidade ou não da questão. Entendo que não se pode cobrar taxa de iluminação pública na zona rural, mas é o que vem ocorrendo em vários municípios", declarou.

Ainda de acordo com a Celpe, para ser classificado cliente rural e ter os benefícios da tarifa subsidiada, o consumidor precisa estar cadastrado no Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra) e ter as cargas de energia destinadas aos serviços do campo.

Jaboatão

Assentamentos em Curcurana geram debate

Líderes comunitários de Curcurana, em Jaboaão dos Guararapes, lotaram ontem o auditório da Assembléia Legislativa para discutir sobre os assentamentos familiares construídos na localidade. A audiência pública promovida pela Comissão de Negócios Municipais da Alepe para tratar do assunto, foi proposta pela deputada Ana Rodovalho (PRTB). De acordo com a parlamentar, na gestão anterior à do prefeito Newton Carneiro (PSDC) foram construídas casas populares no local.

"A Secretaria de Planejamento, na época, cadastrou os moradores que ocupariam os imóveis", explicou. No entanto, a população acusa a atual administração de ameaçar retirar essas

pessoas das moradias. "Não existe nenhum processo judicial ou liminar que obrigue a retirada", afirmou Ana Rodovalho.

A moradora Luerdir Soares disse que as residên-

cias são ocupadas por desabrigados que perderam suas casas numa enchente. "O prefeito Newton Carneiro desrespeitou o povo. Ele me falou pessoalmente que iria retirar as famílias das casas

porque foram cedidas durante a gestão de Fernando Rodovalho", afirmou.

O deputado Manoel Ferreira (PFL), que presidiu a reunião, lamentou a atitude do prefeito e informou que a Comissão encaminhará ao Ministério Público de Pernambuco (MPPE) a ata da audiência para que o órgão tome conhecimento do que está acontecendo. O deputado José Queiroz (PDT), também mostrou-se surpreso com a postura de Newton Carneiro e disse estar solidário à causa.

O ex-prefeito de Jaboaão dos Guararapes Fernando Rodovalho tranquilizou a comunidade. Ele ressaltou não haver nenhum processo judicial que autorize a retirada dos moradores.



AMEAÇA - Moradores do local temem despejo

Direitos do aluno

MOISÉS BARBOSA



Professores das redes de ensino estadual, municipal e privada de Pernambuco e estudantes conheceram, ontem, as alterações realizadas pelo Poder Legislativo na Lei nº 12.280/02, que instituiu os Direitos Integrais do Aluno. Autora do projeto que deu origem à Lei nº 12.911/05, a deputada Teresa Leitão (PT) encontrou algumas distorções na legislação anterior. As queixas eram relativas ao Artigo 13, pois estabelecia que o aluno não poderia ser suspenso das atividades escolares ou excluído da escola por qualquer motivo, inclusive por medidas disciplinares. O novo texto enumera critérios para as medidas sociodisciplinares que venham a ser adotadas pelas escolas e pelos professores. De acordo com a lei, as ações devem respeitar alguns pontos, como garantir o caráter exclusivamente educativo, convidar a família para conhecer e participar dos procedimentos que serão adotados e assegurar o direito dos estudantes de serem ouvidos. "A lei que altera outros artigos da legislação anterior é um referencial. O que vai garantir uma boa relação pedagógica são os atores envolvidos no processo", destacou Teresa, defendendo um relacionamento de cumplicidade e companheirismo entre aluno-professor-escola.

Comissão verifica crime ambiental em Paulista

Moradores querem estação ecológica em Jaguarana

A Comissão de Defesa do Meio Ambiente vai promover uma audiência pública para discutir os crimes ambientais ocorridos na Mata de Jaguarana, em Paulista, Região Metropolitana do Recife. A reserva atingida abrange uma área de aproximadamente 320 hectares e foi visitada pelo colegiado, na manhã de ontem.

Denúncias do Conselho de Moradores do Conjunto Habitacional Antônio Maria apontam que o local está sendo destruído pela ação excessiva de queimadas e extração de areia e pelo lançamento de dejetos no manancial. "O desmatamento ainda atinge diversas espécies animais, que correm o risco de extinção", destacou o presidente da entidade, Giancarlo Costa. Ele ressaltou que "não existe fiscalização nesse trecho da Mata Atlântica" e pediu mais agilidade da Prefeitura de Paulista na formação do Conselho de Meio Ambiente.

Para o chefe do Departamento de Fiscalização Ambiental do município, Gerson Vicente da Silva, a sociedade precisa agir em conjunto com o poder público. "Infelizmente, a Prefeitura sofre com o déficit de transportes e de fiscais para proteger a região", lamentou. Uma das propostas sugeridas pelo conselho de moradores é a criação de uma estação ecológica na



RINALDO MARQUES

AUDIÊNCIA - Objetivo é debater o problema com representantes do Ibama, entre outros

mento de Fiscalização Ambiental do município, Gerson Vicente da Silva, a sociedade precisa agir em conjunto com o poder público. "Infelizmente, a Prefeitura sofre com o déficit de transportes e de fiscais para proteger a região", lamentou. Uma das propostas sugeridas pelo conselho de moradores é a criação de uma estação ecológica na

Mata de Jaguarana. O biólogo Cláudio Santos explicou que o projeto consiste na formação de um grupo de profissionais capacitados, que poderá defender a reserva ambiental por meio de trabalhos de conscientização junto à sociedade.

Segundo a vice-presidente da Comissão de Meio Ambiente, deputada Ceça

Ribeiro (PSB), as irregularidades verificadas no local devem ser discutidas por todos os órgãos envolvidos. "Na audiência, que acontecerá no início do próximo ano, esperamos contar com a presença de representantes do Cipoma, CPRH, Ibama, Ministério Público e da sociedade civil", concluiu a parlamentar.

Meio ambiente

Pescadores realizam protesto

A manifestação, realizada no último dia 22, na passagem pelo Dia Nacional de Luta dos Pescadores e Pescadoras, e as reivindicações apresentadas pela categoria foram registradas, ontem, pela deputada Ceça Ribeiro (PSB). De acordo com a socialista, a classe, apesar de ser uma das mais antigas, ainda não teve seus direitos respeitados.

"Os pescadores do Estado foram às ruas para denunciar e cobrar mais compromissos dos poderes públicos. Várias reivindicações foram feitas no sentido de que a CPRH, Capitania dos Portos, Secretaria Especial de Aquicultura e Pesca (Seap), Ibama, Inbra e Companhia Independente de Policiamento do Meio Ambiente (Cipoma) venham interagir para solucionar os grandes problemas", afirmou.

Entre as reivindicações apresentadas no documento intitulado Grito da Pesca Artesanal; está a unificação dos conceitos de pescadores para a obtenção dos registros de pesca e demais benefícios. "É necessário, também, que seja implantado pela Seap o Programa de Isenção



PEIXES - Poluentes

do Óleo Diesel para as embarcações de pesca e definido o prazo para a implantação de programas de melhoria nas estruturas de pesca já aprovados para o Estado, a exemplo do Projeto de Melhoria e Implantação da Fábrica de Gelo e Pier da Associação dos Pescadores Artesanais e Profissionais de Brasília Teimosa", completou, citando a preocupação com as fazendas de camarão próximas aos manguezais.

Ana Cavalcanti (PP) destacou a importância do pronunciamento da socialista e defendeu "a implementação do desenvolvimento sustentável sem prejuízo ao meio ambiente".

Pesquisa

Lei de Biossegurança é regulamentada

A publicação da regulamentação da Lei de Biossegurança no *Diário Oficial da União*, anteontem, levou a deputada Ana Cavalcanti (PP) a destacar a medida, que vai possibilitar a reativação da Comissão Técnica Nacional de Biossegurança (CTNBio). "A iniciativa é um incontestável avanço para o nosso País", frisou, ressaltando o papel da CTNBio na fiscalização e no acompanhamento das pesquisas e produtos geneticamente modificados. A Lei de Biossegurança trata das pesquisas com organismos geneticamente modificados e do uso de células-tronco embrionárias.

Ana lembrou que a matéria foi aprovada na Câmara Federal, em março deste ano, sob a presidência do então deputado federal Severino Cavalcanti (PP).



ROBERTO SOARES

ANA - Comemoração

"Num gesto democrático, Severino Cavalcanti abriu mão de suas posições pessoais e convicções religiosas, colocando a matéria em votação, deixando prevalecer a vontade soberana do Plenário", registrou. A parlamentar foi a Brasília lutar pelo projeto.

De acordo com a progressista, com a CTNBio a sociedade terá mais representatividade e poder de decisão. "Esses fatos possibilitarão a democratização das deliberações e a garantia da utilização ética das novas tecnologias", afirmou, alegando, entretanto, que a população deve ficar atenta para a boa utilização das pesquisas.

Amparo legal

Agentes comunitários conquistam benefício

A regulamentação da profissão de Agente Comunitário de Saúde foi comemorada, ontem, na Assembleia. O deputado Isaltino Nascimento (PT) informou que a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) nº 7, de autoria do deputado federal Maurício Rands (PT/PE), reconhece a função e descarta a necessidade de realizar concurso público para a contratação de pessoal. A medida recebeu parecer favorável na Comissão Especial da Câmara Federal. O texto deve ser apreciado em Plenário ainda este ano.

A experiência do atendimento comunitário surgiu no Brasil há 20 anos. A



ROBERTO SOARES

ISALTINO - Elogiou decisão

iniciativa da União beneficiará 180 mil agentes no País e 12 mil, em Pernambuco. "A proposta assegurará os direitos trabalhistas,

como férias, décimo terceiro, licença maternidade e a seguridade social", destacou Nascimento, citando que o trabalho dos agentes contribui com o modelo de assistência preventiva à saúde adotado atualmente.

Com a aprovação do texto regulamentando o exercício da função, os municípios serão obrigados a estabelecer contratação permanente por meio de seleção pública e, assim, evitarão o envolvimento político de prefeitos e vereadores. "Existe uma diversidade de relações de trabalho, entre contratos provisórios, temporários e cargos comissionados", lamentou Nascimento.

Resolução

Resolução Nº 747

EMENTA: Concede licença em caráter cultural ao Deputado Sebastião Oliveira Júnior.

**A ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA
DO ESTADO DE PERNAMBUCO**

R E S O L V E:

Art. 1º Fica concedida licença nos termos do inciso II, do artigo 38, do Regimento Interno, ao Deputado Sebastião Oliveira Júnior, no qual solicita licença no período de 24 de novembro a 04 de dezembro do corrente ano, quando estará na Flórida – EUA, participando de um Congresso de Medicina.

Art. 2º A presente Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

**Assembléia Legislativa do Estado de Pernambuco,
em 24 de novembro de 2005.**

ROMÁRIO DIAS
Presidente

Ata

ATA DA CENTÉSIMA TRIGÉSIMA REUNIÃO ORDINÁRIA DA TERCEIRA SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA DÉCIMA QUINTA LEGISLATURA, REALIZADA EM 23 DE NOVEMBRO DE 2005.

Presidência dos Excelentíssimos Senhores Deputados Ettore Labanca e Romário Dias.

Aos 23 (vinte e três) dias do mês de novembro do ano de 2005 (dois mil e cinco), às 14 (quatorze) horas e 30 (trinta) minutos, com a presença inicial dos Deputados: Adelmo Duarte, Aglailson Júnior, Ana Cavalcanti, Ana Rodovalho, Antônio Moraes, Aurora Cristina, Betinho Gomes, Bruno Araújo, Carla Lapa, Ceça Ribeiro, Dilma Lins, Elias Lira, Ettore Labanca, Geraldo Coelho, Henrique Queiroz, Jacilda Urquiza, João Negromonte, José Queiroz, Lourival Simões, Malba Lucena, Manoel Ferreira, Marcantônio Dourado, Mavíael Cavalcanti, Nelson Pereira, Pastor Cleiton Collins, Raimundo Pimentel, Ricardo Teobaldo, Roberto Liberato, Romário Dias, Sebastião Oliveira Júnior, Sebastião Rufino, Sérgio Leite, Soldado Moisés e Teresa Leitão. Justificaram suas ausências os Deputados: Alf, Antônio Figueirôa, Augusto César, Augusto Coutinho, Bruno Rodrigues, Ciro Coelho, Claudiano Martins, Fernando Lupa, Guilherme Uchôa, Isaltino Nascimento, Izaías Régis, Pedro Eurico e Roberto Leandro. Constatando o quorum regimental, o Senhor Presidente declara aberta a reunião. Ocupam, respectivamente, as cadeiras de Primeira e Segunda Secretária as Deputadas Jacilda Urquiza e Ana Rodovalho. Lida é aprovada a ata da reunião anterior. Em seguida, o Senhor Presidente concede a palavra à Primeira Secretária que procede à leitura do Expediente. Isto feito, o Senhor Presidente manda o mesmo à publicação. No horário destinado ao Pequeno Expediente, ocupa a tribuna o Deputado Roberto Liberato para comentar duas indicações de sua autoria, a primeira solicitando aos Senhores Governador do Estado, Secretário de Infra-estrutura e ao Presidente do DER, no sentido de envidarem esforços para fazer o acostamento de alguns trechos da PE 95; e a segunda apela ao Gerente de Relações Institucionais da Telemar, no sentido de instalar um telefone público, tipo orelhão, na PE 95, mais precisamente na divisa entre os municípios de Caruaru e Riacho das Almas. Com a palavra o Deputado Antônio Moraes que vem discorrer acerca de proposição de sua autoria apelando à Agência de Regulação de Pernambuco – ARPE e a Diretoria de Defesa e Proteção do Consumidor – Procon, no sentido de proibir as ilegalidades praticadas pela Celpe nos sítios e fazendas do interior do Estado. Finalmente usa da tribuna a Deputada Ana Cavalcanti, última oradora inscrita, para em breves palavras comentar decisão do Papa Bento XVI que visa apurar com rigor casos de pedofilia praticados por Padres no Brasil. Fazendo uso da palavra, o Senhor Presidente registra com satisfação a presença nas galerias da Casa Joaquim Nabuco do corpo docente e discente do Colégio Municipal Imaculada Conceição, localizado no município de Quipapá. Encerrado o Pequeno Expediente, o Senhor Presidente passa ao Grande Expediente. Anunciado o Grande Expediente, ocupa a tribuna o Deputado José Queiroz que em longo pronunciamento vem demonstrar grande preocupação com a questão do menor abandonado em Pernambuco. Finalizando, afirma que a Fundac tem de passar por uma grande reforma estrutural, pois do jeito que está com superlotação com certeza criará uma fábrica de bandidos. Segue-se com a palavra o Deputado Geraldo Coelho para apresentar voto de pesar pelo falecimento do engenheiro Emerson Jatobá que morreu recentemente na Itália onde se encontrava a passeio. Concluindo, demonstra satisfação com o progresso que presenciou no pólo da sulanca. O orador foi apertado pelos Deputados: José Queiroz, (assume a Presidência o Deputado Romário Dias), Antônio Moraes, Ana Cavalcanti e Roberto Liberato. Em seguida, ocupa a tribuna a Deputada Teresa Leitão que em sua oratória vem informar ao Plenário sobre encontro ocorrido no Palácio do Campo das Princesas com a Secretária Lúcia Pontes e uma comissão formada por deputados e representantes da classe estudantil, ocasião em que foi marcada para logo mais uma reunião na sede da EMTU. Ao final, crítica de forma veemente o comando do Batalhão de Choque do Estado de Pernambuco por sua truculência contra os estudantes. A oradora foi apertada pelos Deputados: Soldado Moisés, Antônio Moraes, Bruno Araújo, Mavíael Cavalcanti, Sebastião Rufino, Ettore Labanca e Raimundo Pimentel. Fazendo uso da palavra, o Senhor Presidente relata o que ocorreu quando recebeu os estudantes na última quinta-feira na Casa Joaquim Nabuco, oportunidade em que afirma que está com o mesmo propósito de negociação. Por último, com a palavra o Deputado Sebastião Rufino para solicitar transcrição nos Anais desta Casa do artigo publicado no Jornal do Commercio, datado de vinte e três de novembro do ano em curso, caderno Opinião, com o

PODER LEGISLATIVO

Mesa Diretora: Presidente, Deputado Romário Dias; **1º Vice-Presidente,** Deputado Ettore Labanca; **2º Vice-Presidente,** Deputado Raimundo Pimentel; **1º Secretário,** Deputado João Negromonte; **2º Secretário,** Deputado Guilherme Uchôa; **3º Secretário,** Deputado Sérgio Leite; **4º Secretária,** Deputada Carla Lapa. **Procuradoria Geral,** Edvaldo José Cordeiro dos Santos (procurador-geral); **Superintendência Geral,** Eva Maria de Andrade Lima (Superintendente-geral); **Assistência Legislativa,** Ana Olímpia Celso de M. Severo (Assistente Chefe); **Superintendência Administrativa,** Genaro Domingues da Silva (Superintendente); **Superintendência de Recursos Humanos,** Isabel Cristina Couto Costa (Superintendente); **Superintendência de Modernização Institucional e Tecnológica,** Claudio Godoy (Superintendente); **Superintendência de Planejamento e Execução Orçamentária e Financeira,** Arlete Falcão Ferreira (Superintendente); **Cerimonial,** Socorro Vilaça Rodrigues (Assistente de Cerimonial); **Assistência de Saúde e Medicina Ocupacional,** Aldo Mota (Assistente Médico); **Assistência Segurança Legislativa,** Maj. Hermes José de Melo (Assistente Chefe); **Escola do Legislativo,** Maria Lúcia Cavalcanti Galindo (Assistente Educacional); **Auditoria,** Severino Pedro de Albuquerque (Auditor-chefe); **Assistência de Comunicação Social,** Christianne Alcântara (Assistente de Comunicação Social); **Chefe do Departamento de Imprensa,** Cláudia Lucena; **Editora:** Andréa Tavares; **Redatores:** Andréa Tavares, Antônio Azevedo, Renata Rodrigues; **Fotografia:** Roberto Soares (Gerente de Fotografia), Moisés Barbosa e Carlos Oliveira; **Diagramação e Editoração Eletrônica:** Anderson Galvão e Alécio Nicolak Júnior; **Chefe de Departamento de Rádio e TV:** Ana Lúcia Lins; **Repórteres:** Carolina Flores, Rosângela Almeida e Verônica Barros; **Operadores de Som:** Aristides Pandelis Frangakis e Alcidezo Ramos; **Estagiários:** Bruno Souto Maior, Flávia da Rosa Borges, Renata Bezerra de Melo, Vivian Maia Braga e Zanon Junior. **Endereço:** Palácio Joaquim Nabuco, Rua da Aurora, nº 631 – Recife-PE. Fone: 3217-2368. Fax 3217-2107. PABX 3217.2211. **Nosso E-mail:** dimprensa@alepe.pe.gov.br.

Nosso endereço na Internet <http://www.alepe.pe.gov.br>

COMISSÃO DE SAÚDE EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Convoco, nos termos do Regimento Interno, os deputados ADELMO DUARTE, ANA CAVALCANTI, ISALTINO NASCIMENTO E NELSON PEREIRA membros titulares, bem como os suplentes ELIAS LIRA, AURORA CRISTINA, IZAÍAS RÉGIS, MARCANTONIO DOURADO E ROBERTO LEANDRO, para uma reunião ordinária a ser realizada no dia 29 (vinte e nove) de novembro de 2005, às 09:00 (nove) horas, no Plenarinho II, no quinto andar do Anexo I ao Palácio Joaquim Nabuco, com a seguinte pauta:

1 - Em distribuição

1.1-Projetodeleiordináriano 1129/2005, que proíbe a cobrança de caução nos hospitais dentro do Estado de Pernambuco.
Autora: dep. Malba Lucena

1.2-Projeto de lei ordinária nº 1144/2005, que modifica a Lei nº 12.400/2005, a qual dispõe sobre a substituição e a destinação de medicamentos cujos prazos de validade expirem em poder das farmácias e adota outras providências.
Autor: dep. Augusto Coutinho

1.3-Projetodeleiordináriano 1156/2005, que dispõe sobre a realização de audiências públicas semestrais sobre os gastos em saúde no Estado de Pernambuco e dá outras providências.
Autor: dep. Izaías Régis

1.4-Projetodeleicomplementarno 1158/2005, que altera o § 3º do art. 27 da Lei Complementar nº 28/2000, modificada pela Lei Complementar nº 43/2002, para incluir na condição jurídica de dependente para fins previdenciário, o companheiro homossexual junto ao I.R.H de Pernambuco.
Autor: dep. Roberto Leandro

1.5-Projetodeleiordináriano 1161/2005, que institui o balanço social no âmbito dos poderes executivo, legislativo e judiciário do Estado de Pernambuco.
Autor: dep. Roberto Leandro

1.6-Projeto de lei ordinária nº 1169/2005, que dispõe sobre a taxa de fiscalização e utilização de serviço público – taxa FUST, relativa à vigilância sanitária, de competência da Secretaria de Saúde.
Origem: Poder Executivo

1.7-Projeto de lei ordinária nº 1174/2005, que cria o Sistema de Saúde dos Militares do Estado de Pernambuco – SISMEPE, e dá outras providências.
Origem: Poder Executivo

1.8-Projeto de lei ordinária nº 1175/2005, que altera dispositivo da Lei nº 11328/1996, e dá outras providências.
Origem: Poder Executivo

2-Encaminhamento

2.1- Tirar encaminhamento para o Parecer PG nº 424/2005, da Procuradoria Geral da ALEPE. (Estabelecimento de tabela de honorários médicos a serem pagos pela administração).

Sala da Comissão de Saúde, 24 de novembro de 2005.

Deputado Mavíael Cavalcanti
Presidente

seguinte título: *OS BELOS SUELTOS DE ALEX*, de autoria da antropóloga e escritora Fátima Quintas. Encerrado o Grande Expediente, o Senhor Presidente passa à Ordem do Dia. Em seguida, o Senhor Presidente solicita verificação de quorum, ocasião em que convida as Deputadas Ana Cavalcanti e Ana Rodovalho para assumirem respectivamente a Primeira e Segunda Secretária. Logo após, o Senhor Presidente solicita da Primeira Secretária que proceda a chamada nominal dos Senhores Parlamentares. Isto feito encontram-se presentes os Deputados: Adelmo Duarte, Aglailson Júnior, Ana Cavalcanti, Ana Rodovalho, Antônio Moraes, Aurora Cristina, Betinho Gomes, Bruno Araújo, Carla Lapa, Ceça Ribeiro, Dilma Lins, Elias Lira, Ettore Labanca, Geraldo Coelho, Henrique Queiroz, Jacilda Urquiza, João Negromonte, José Queiroz, Lourival Simões, Malba Lucena, Manoel Ferreira, Marcantônio Dourado, Mavíael Cavalcanti, Nelson Pereira, Pastor Cleiton Collins, Raimundo Pimentel, Ricardo Teobaldo, Roberto Liberato, Romário Dias, Sebastião Oliveira Júnior, Sebastião Rufino, Sérgio Leite, Soldado Moisés e Teresa Leitão. Encontrando-se ausentes do Plenário os Deputados: Alf, Antônio Figueirôa, Augusto César, Augusto Coutinho, Bruno Rodrigues, Ciro Coelho, Claudiano Martins, Fernando Lupa, Guilherme Uchôa, Isaltino Nascimento, Izaías Régis, João Fernando Coutinho, Pedro Eurico, Roberto Leandro e Sílvio Costa. Constatando número legal para deliberação, o Senhor Presidente prossegue com a Ordem do Dia. Fazendo uso da palavra, o Senhor Presidente submete ao Plenário o Ofício nº 479/2005, de autoria do Poder Executivo, que solicita a retirada de pauta do Projeto de Lei Ordinária nº 1101/2005, sendo o mesmo aprovado por maioria de votos. Submetidos ao Plenário são aprovados em única discussão os Pareceres nºs 5615/2005, 5616/2005 e 5617/2005, da Décima Quinta Comissão, que oferecem redação final aos Projetos de Lei Ordinária nºs 1107/2005, 1115/2005 e 1117/2005. Em votação é aprovado em segunda discussão o Projeto de Lei Ordinária nº 1120/2005. Submetidos ao Plenário são aprovados em Primeira discussão os Projetos de Lei Ordinária nºs 1121/2005, 1122/2005, 1123/2005 e 951/2005 (este com Emenda Modificativa nº 01 de autoria da Comissão de Desenvolvimento Econômico). Aberta a discussão em Plenário do Projeto de Resolução nº 988/2005, e não havendo oradores inscritos o Senhor Presidente a encerra. Logo após, o Senhor Presidente informa ao Plenário que a votação obedecerá ao processo nominal. (Assumem, respectivamente, a Primeira e a Segunda Secretarias as Deputadas Ana Cavalcanti e Ana Rodovalho). Em seguida, o Senhor Presidente determina à Primeira Secretária que proceda a chamada dos Senhores Parlamentares para votação. Isto feito votam **SIM** os Deputados: Adelmo Duarte, Aglailson Júnior, Ana Cavalcanti, Ana Rodovalho, Antônio Moraes, Aurora Cristina, Betinho Gomes, Bruno Araújo, Carla Lapa, Ceça Ribeiro, Dilma Lins, Elias Lira, Ettore Labanca, Geraldo Coelho, Henrique Queiroz, Jacilda Urquiza, João Negromonte, José Queiroz, Lourival Simões, Malba Lucena, Manoel Ferreira, Marcantônio Dourado, Mavíael Cavalcanti, Nelson Pereira, Pastor Cleiton Collins, Raimundo Pimentel, Ricardo Teobaldo, Roberto Liberato, Sebastião Oliveira Júnior, Sebastião Rufino, Sérgio Leite, Soldado Moisés e Teresa Leitão (33). Deixaram de votar os Deputados: Alf, Antônio Figueirôa, Augusto César, Augusto Coutinho, Bruno Rodrigues, Ciro Coelho, Claudiano Martins, Fernando Lupa, Guilherme Uchôa, Isaltino Nascimento, Izaías Régis, João Fernando Coutinho, Pedro Eurico, Roberto Leandro, Sílvio Costa por estarem ausentes do Plenário e o Deputado Romário Dias, Presidente deste Poder, em virtude do que dispõe o artigo 60, inciso VI, alínea "B" do Regimento Interno (16). Sendo, por conseguinte aprovado em única discussão o Projeto de Resolução nº 988/2005. Aberta a discussão em Plenário do Projeto de Resolução nº 1051/2005, e não havendo oradores inscritos o Senhor Presidente a encerra. Logo após, o Senhor Presidente informa ao Plenário que a votação obedecerá ao processo nominal. (Assumem, respectivamente, a Primeira e a Segunda Secretarias as Deputadas Ana Cavalcanti e Ana Rodovalho). Em seguida, o Senhor Presidente determina à Primeira Secretária que proceda a chamada dos Senhores Parlamentares para votação. Isto feito votam **SIM** os Deputados: Adelmo Duarte, Aglailson Júnior, Ana Cavalcanti, Ana Rodovalho, Antônio Moraes, Aurora Cristina, Betinho Gomes, Bruno Araújo, Carla Lapa, Ceça Ribeiro, Dilma Lins, Elias Lira, Ettore Labanca, Geraldo Coelho, Henrique Queiroz, Jacilda Urquiza, João Negromonte, José Queiroz, Lourival Simões, Malba Lucena, Manoel Ferreira, Marcantônio Dourado, Mavíael Cavalcanti, Nelson Pereira, Pastor Cleiton Collins, Raimundo Pimentel, Ricardo Teobaldo, Roberto Liberato, Sebastião Oliveira Júnior, Sebastião Rufino, Sérgio Leite, Soldado Moisés e Teresa Leitão (33). Deixaram de votar os Deputados: Alf, Antônio Figueirôa, Augusto César, Augusto Coutinho, Bruno Rodrigues, Ciro Coelho, Claudiano Martins, Fernando Lupa, Guilherme Uchôa, Isaltino Nascimento, Izaías Régis, João Fernando Coutinho, Pedro Eurico, Roberto Leandro, Sílvio Costa por estarem ausentes do Plenário e o Deputado Romário Dias, Presidente deste Poder, em virtude do que dispõe o artigo 60, inciso VI, alínea "B" do Regimento Interno (16). Sendo, por conseguinte aprovado em única discussão o Projeto de Resolução nº 1051/2005. Submetidas ao Plenário são aprovadas em única discussão as seguintes proposições: Indicações nºs 4806/2005 e 4807/2005, e o Requerimento nº 3549/2005. Esgotada a pauta, o Senhor Presidente despacha à publicação as Indicações nºs 4821/2005 a 4824/2005 de autoria dos Deputados: Nelson Pereira e Roberto Liberato e, os Requerimentos nºs 3567/2005 a 3575/2005 da lavra dos Deputados: Carla Lapa, Augusto Coutinho, Antônio Figueirôa, José Queiroz, Ettore Labanca e Sebastião Rufino, que foram apresentados na reunião de hoje, conforme resumo a seguir: Pelo Deputado José Queiroz, requerimento solicitando que a Sessão Solene do dia sete de dezembro de dois mil e cinco, de acordo com o requerimento nº 3492/2005, seja adiada para o dia seis de março de dois mil e seis. Pelo Deputado Nelson Pereira, apelos ao

Senhor Presidente da Telemar, no sentido de viabilizar a instalação de um telefone público nos Sítios Velha Chica e Capim e na Escola José Rodrigues de Moraes, esses no município de Custódia. Pelo Deputado Ettore Labanca, voto de pesar pelo falecimento do Senhor Antônio Carlos Zarzar, ocorrido no dia três de novembro de dois mil e cinco. Pela Deputada Carla Lapa, voto de congratulações com a Associação Comercial, Industrial e Agropecuária de Sanharó pela realização da Décima Quarta Feira do Leite, Indústria e Comércio de Sanharó, realizada de dezessete a vinte de novembro do ano em curso. Pelo Deputado Antônio Figueirôa, votos de congratulações com o Senhor Igor Mariel Alves de Queiroz e Silva e à Senhora Marília Rodrigues Teixeira, por suas eleições para presidirem a Associação dos Estudantes dos municípios de Ferreiros e Aliança, respectivamente; e pelo Deputado Augusto Coutinho, três requerimentos: o primeiro, voto de aplauso ao cirurgião Tibério Moreno Siqueira Júnior pela conquista do Prêmio Ureteroscópio Dourado, concedido pela Sociedade Brasileira de Urologia; o segundo e o terceiro, solicitando que sejam transcritos nos Anais desta Casa os artigos: “Energia: racionamento à vista”, de autoria do Senador de Pernambuco, José Jorge de Vasconcelos; e “Qualidade nas obras públicas”, de autoria do Secretário de Infra-estrutura, Fernando Dueire, publicados no Diário de Pernambuco, datados de dezoito de outubro de dois mil e cinco. Por último, o Senhor Presidente encaminha à Primeira Comissão a seguinte proposição: Projeto de Resolução nº 1192/2005 de autoria do Deputado Fernando Lupa. Faltaram à presente reunião os Deputados: João Fernando Coutinho e Sílvio Costa. Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente encerra a presente reunião convocando outra para amanhã à hora regimental.

Expediente

CENTÉSIMA TRIGÉSIMA PRIMEIRA REUNIÃO ORDINÁRIA DA TERCEIRA SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA DÉCIMA QUINTA LEGISLATURA, REALIZADA EM 24 DE NOVEMBRO DE 2005.

EXPEDIENTE

MENSAGEM Nº 179-DO GOVERNADOR DO ESTADO encaminhando Emenda Aditiva nº 01 ao Projeto de Lei nº 1184/2005.

Às 1ª, 2ª e 3ªComissões

MENSAGEM Nº 180-DO GOVERNADOR DO ESTADO encaminhando Emenda Aditiva nº 01 ao Projeto de Lei nº 1185/2005.

Às 1ª, 2ª, 3ª e 4ªComissões

MENSAGEM Nº 181-DO GOVERNADOR DO ESTADO encaminhando Emenda Aditiva nº 02 ao Projeto de Lei nº 1186/2005.

Às 1ª, 2ª, 3ª e 5ªComissões

PARECERES NºS 5636, 5637, 5638, 5639, 5640, 5641, 5642, 5643, 5644 E 5645-DACOMISSÃO DE FINANÇAS, ORÇAMENTO E TRIBUTAÇÃO opinando favorável aos Projetos de Lei nºs 1121, 1122, 1123, 1124, 1126, 1127, 1128, 1139, 1131 e 1132, respectivamente
Almprimir

PARECER Nº 5646-DA COMISSÃO DE REDAÇÃO DE LEIS oferecendo Redação Final ao Projeto de Lei nº 1120.

Almprimir

PARECERES NºS 5647, 5648, 5649 E 5650-DA COMISSÃO DE NEGÓCIOS MUNICIPAIS opinando favorável aos Projetos de Lei nºs 1124, 1126, 1127 e 1130, respectivamente
Almprimir

PARECER Nº 5651-DA MESA DIRETORA submetendo ao plenário Projeto de Resolução nº 1193, que concede licença em caráter cultural ao Deputado Sebastião Oliveira Júnior.

Almprimir

PARECER Nº 5652-DA COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO opinando favorável ao Projeto de Lei nº 1123.

Almprimir

OFÍCIOS NºS 225 E 226- DO DIRETOR PRESIDENTE DA EMPETUR prestando esclarecimento acerca das indicações nºs 4578 e 4455, do Deputado Guilherme Uchôa.

Dê-se conhecimento àquele Parlamentar

OFÍCIOS NºS 54 E 209-DO SECRETÁRIO NACIONAL DE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL informando celebração do Termo Aditivo nº 01 ao Convênio nº 196/2004 e a celebração do Convênio nº 018/2005

ÀProcuradoria Geral

OFÍCIO Nº 584-DO SUBSECRETÁRIO DE PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E ADMINISTRAÇÃO DO MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO encaminhando dados referentes ao Convênio nº 072/2005 e a liberação de recursos financeiros.

À2ªComissão e a Procuradoria Geral.

Mensagem

MENSAGEM Nº 180/2005.

Recife, 23 de novembro de 2005.

Senhor Presidente,

Cumprimentando V.Exa., sirvo-me da presente para propor Emenda Aditiva ao Projeto de Lei de nº 1185/05, que trata de autorizar cessão de imóvel público que indica, o que faço com o propósito de compreender no escopo de tal projeto a autorização necessária para que o Complexo Industrial Portuário Governador Eraldo Gueiros - SUAPE possa vir a doar, com encargos, em favor da Petróleo Brasileiro S.A. – PETROBRÁS, área de imóvel que se prestará a sediar a refinaria de petróleo a ser instalada em nosso Estado.

A proposta visa atender ao pressuposto constitucional de prévia autorização legislativa para viabilização do cumprimento dos encargos assumidos pelo Estado de Pernambuco, através de entendimentos mantidos com a citada empreendedora estratégica – PETROBRAS, para atração de tão importante empreendimento.

Côncio da compreensão dos ilustres membros dessa Augusta Casa Legislativa, acerca da relevância da matéria objeto da presente proposição aditiva, solicito vossos préstimos no sentido de assegurar a deliberação e acolhimento da proposta, em consonância com os mais elevados anseios de nosso povo.

PALÁCIO DO CAMPO DAS PRINCESAS,
em 23 de novembro de 2005

JARBAS DE ANDRADE VASCONCELOS
Governador do Estado

EXMO. SR.

DEPUTADO **ROMÁRIO DIAS**

DD. PRESIDENTE DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DE PERNAMBUCO

NESTA

Emenda Nº 1/2005

Ementa: Acresce novos arts. 4º e 5º, e Anexo Único ao Projeto de Lei nº 1185/2005.

Art. 1º O Projeto de Lei nº 1185/2005 fica acrescido de arts. 4º e 5º com a seguinte redação, renumerando-se os dispositivos atuais:

“Art.4º. Fica o Complexo Industrial Portuário Governador Eraldo Gueiros – SUAPE autorizado a doar, com encargos, em favor de Petróleo Brasileiro S.A. – PETROBRAS, área de imóvel medindo aproximadamente 420 (quatrocentos e vinte) hectares denominada Terreno do **SUAPE**, Zona Industrial – ZI 3B e a área adjacente, constantes do Memorial Descritivo de que trata o Anexo Único da presente Lei.

Parágrafo Único. Os encargos que oneram a doação autorizada pelo *caput*, são concernentes à execução do projeto e conseqüentes construção e instalação da refinaria, e, em sendo descumpridos, ensejarão a reversão do patrimônio ao doador.

Art. 5º As áreas adjacentes referidas no *caput* do artigo anterior, quando não pertencentes a SUAPE, poderão ser objeto de desapropriação pelo Poder Executivo, mediante prévia edição de decreto de declaração de seu público interesse e conseqüente oferta de justo preço.”

Art. 2º O Projeto de Lei nº 1185/2005 fica acrescido de Anexo Único com a seguinte redação:

“

ANEXO ÚNICO

MEMORIAL DESCRITIVO

A área, definida na planta anexa, tem uma superfície de 421,7261 ha (quatrocentos e vinte e um hectares setenta e dois ares e sessenta e um centiares) e um perímetro de 9330,87 m (nove mil trezentos e trinta e metros e oitenta e sete centímetros). A poligonal envolvente tem 58 lados e se inicia num vértice que de denominamos PE60-1, situado na margem da Rodovia PE-60. Este vértice tem as seguintes coordenadas UTM, referenciadas ao datum Córrego Alegre: 276426,495 Leste e 9074524,752 Norte. A partir desse local, a poligonal de contorno percorre 6 (seis) segmentos de reta perfazendo uma distância total de 902,42 m (novecentos e dois metros e quarenta e dois centímetros) na margem dessa estrada. Os segmentos mencionados têm os seguintes comprimentos e azimutes verdadeiros: 134,05 m - 211º 36’ 59’’; 95,47 m - 194º 57’ 17’’; 15,88 m - 188º 08’ 09’’; 122,18 m - 208º 52’ 50’’; 218,41 m - 228º 12’ 51’’; 216,42 m - 238º 17’ 41’’. Atinge-se assim o vértice ACESS-1 de coordenadas 275909,191 Leste e 9073837,380 Norte a partir do qual apoligonal de contorno descreve 10 (dez) lados que somam 492,05 m (quatrocentos e noventa e dois metros e cinco centímetros), sobre a margem de um acesso a **SUAPE**, os quais têm os seguintes comprimentos e azimutes verdadeiros: 49,27 m - 148º 55’ 13’’; 49,26 m - 147º 14’ 29’’; 49,25 m - 142º 02’ 42’’; 49,25 m - 136º 44’ 24’’; 49,25 m - 131º 26’ 00’’; 49,23 m - 129º 12’ 06’’; 49,12 m - 142º 30’ 49’’; 49,12 m - 158º 11’ 49’’; 49,12 m - 173º 52’ 54’’; 49,17 m - 189º 02’ 19’’.Chega-se então ao vértice SALG-1 com coordenadas: 276146,049Leste e 9073433,365 Norte. Desse ponto o caminhamento percorre 2115,25 m (dois mil cento e quinze metros e vinte e cinco centímetros) sobre 10 (dez) lados do contorno, na confrontação de **SUAPE** com a **USINA SALGADO**. Esses segmentos têm como comprimentos e azimutes: 239,09 m - 121º 41’ 47’’; 270,63 m - 123º 35’ 26’’; 542,30 m - 96º 14’ 10’’; 87,31 m - 120º 33’ 41’’; 85,09 m - 141º 29’ 56’’; 372,04 m - 166º 43’ 06’’; 81,14 m - 155º 16’ 33’’; 220,88 m - 153º 36’ 10’’; 43,52 m - 150º 54’ 00’’; 173,24 m - 150º 23’ 58’’, atingindo o vértice ND-1, com coordenadas 277566,519 Leste e 9072165,821Norte. A partir daí, o limite percorre 3 (três) lados sobre a confrontação com terras pertencentes a **SUAPE**, mas ainda não destinadas a qualquer atividade, num total de 408,46 m (quatrocentos e oito metros e quarenta e seis centímetros), tendo a seguinte configuração: 95,18 m - 141º 36’ 51’’; 202,71 m - 136º 25’ 20’’; 110,57 m - 71º 54’ 31’’, atingindo o vértice COMP-1, de coordenadas 277870,461 Leste e 9071978,695 Norte. Em seguida, o contorno segue a confrontação com um terreno já comprometido com outra indústria, percorrendo uma distância de 1046,43 m (mil e quarenta e seis metros e quarenta e três centímetros) distribuídos por 2 (dois) lados do polígono envolvente. Esses segmentos têm os seguintes comprimentos e azimutes verdadeiros: 484,44 m - 21º 14’ 26’’; 561,98 m - 90º 00’ 00’’. Atinge-se então o vértice TDR-1, no ponto de coordenadas: 278607,952 Leste e 9072430,230 Norte. Daí em diante, o contorno segue pela margem do **Tronco Distribuidor Rodoviário Sul**, estendendo-se por 5 (cinco) lados da poligonal, perfazendo um total de 1814,99 m (mil oitocentos e quatorze metros e noventa e nove centímetros), com a seguinte configuração: 296,90 m - 20º 40’ 17’’; 258,63 m - 28º 50’ 47’’; 147,45 m - 12º 45’ 45’’; 899,94 m - 353º 20’ 40’’; 212,07 m -00º 54’ 00’’ atingindo o vértice ZCAD-1, cujas coordenadas são 278769,140 Leste e 9074184,279 Norte. Em seguida, segue-se a o limite da **ZONA INDUSTRIAL ZI3-B**, que abrange a área em foco e a **ZONA CENTRAL ADMINISTRATIVA de SUAPE**. Totaliza-se, nessa etapa, um percurso de 1171,81 m (mil cento e setenta e um metros e oitenta e um centímetros) distribuído por 10 (dez) segmentos de reta, cujos comprimentos e azimutes são: 0,55 m - 99º 11’ 20’’; 185,55 m - 279º 13’ 59’’; 68,09 m - 276º 30’ 34’’; 63,97 m - 280º 46’ 35’’; 71,48 m - 266º 08’ 29’’; 105,72 m - 246º 08’ 25’’; 364,57 m - 270º 29’ 52’’; 96,76 m - 301º 35’ 21’’; 96,52 m - 306º 43’ 22’’; 118,61 m - 305º 49’ 31’’. Alcança-se então o vértice TERC-1 com coordenadas: 277667,536 Leste e 9074367,059 Norte, iniciando-se então um percurso de 12 (doze) lados, sobre a confrontação com área de terceiros, totalizando 1379,46 m (mil trezentos e setenta e nove metros e quarenta e seis centímetros). O caminhamento nesse trecho obedece aos seguintes parâmetros de distâncias e azimutes: 122,94 m - 217º 33’ 25’’; 363,79 m - 265º 49’ 53’’; 139,78 m - 254º 54’ 47’’; 138,16 m - 288º 48’ 27’’; 182,84 m - 310º 51’ 01’’; 42,47 m - 308º 19’ 20’’; 42,48 m - 301º 29’ 02’’; 42,48 m - 296º 17’ 46’’; 42,48 m - 291º 06’ 38’’; 42,48 m - 285º 55’ 27’’; 42,48 m - 280º 44’ 07’’; 177,08 m - 286º 57’ 19’’. Retorna-se assim ao vértice PE60-1, início do caminhamento, fechando o contorno da área.

A área em questão está situada na **ZONA INDUSTRIAL ZI3-B de SUAPE** e será desmembrada das seguintes propriedades: **ENGENHO MEIO** -110,4977 ha; **ENGENHO MASSANGANA** -238,2406 ha; **ENGENHO MERCÊS** – 72,9878 ha. ”

Art. 3º Os demais dispositivos do Projeto de Lei nº 1185/2005 permanecem inalterados.

PALÁCIO DO CAMPO DAS PRINCESAS,
em 23 de novembro de 2005

JARBAS DE ANDRADE VASCONCELOS
Governador do Estado

Às 1ª , 2ª , 3ª e 4ªComissões.

REPUBLICADA

Projetos

Projeto de Resolução Nº 1194/2005

Concessão de Título Honorífico de “Cidadão do Estado de Pernambuco”

Ementa: Concede o Título de Cidadão Pernambucano ao Dr. FRANCISCO SALES DE ALBUQUERQUE

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA
DO ESTADO DE PERNAMBUCO

RESOLVE:

Art. 1º - Fica concedido o Título de Cidadão de Pernambuco ao ilustre Procurador Geral de Justiça - Dr. Francisco Sales de Albuquerque, no Estado de Pernambuco;

Art. 2º - Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação;

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Justificativa

Este título é uma forma de contemplar um cidadão, filho de Cajazeiras na Paraíba, filho do Sr. Francisco Arcanjo de Albuquerque e D. Leopoldina Brito de Albuquerque, pelos serviços prestados com afinco, esmero e dedicação ao Estado de Pernambuco, elevando assim o nome de nosso Estado aos lugares mais longícuos, pois o Dr. Francisco Sales de Albuquerque se formou pela Universidade Federal de Pernambuco em 1985, quando ja era Monitor de Teoria Geral do Estado, de 1985 a 1987 foi Advogado do Gabinete de Assessoria Jurídica às Organizações Populares - GAJOP, é Professor concursado de Direito Internacional Privado (licenciado) da Faculdade de Direito de Caruaru, foi Coordenador de Legislação da Posse da Terra pela Empresa de Urbanização do Recife,no período de 1987 a 1988, em 1988 foi Assessor Especial na área de Direitos Humanos da então Secretaria de Justiça, de 1988 a 1991 foi Procurador Geral da Assistência Judiciária do Estado. No perído de 1992 a 1995 foi Promotor de Justiça nos municípios de Carnaíba, Poção, Cabo de Santo Agostinho, Goiana e Recife, na Defesa do Meio Ambiente e Patrimônio Público e Social, ainda no Ministério Público exerceu o cargo de Assessor em Matéria Administrativa do Procurador Geral de Justiça, entre 1995 a 1997, ele também foi Professor na Escola de Governo e Políticas Públicas da Fundação Joaquim Nabuco, ainda em 1988, foi Professorno curso Superior de Polícia na área de Direito Administrativo da Ordem Pública e no curso de Aperfeiçoamento de Oficiais no ano de 1999-área Fundamentos Jurídicos da Gestão Pública. Uma carreira de muitos êxitos. No Ministério Público,foi ainda, Secretário Geral, Procurador de Justiça, em 2001 já como Procurador Geral de Justiça fez o curso de Especialização em Gestão de Cidades pela UPE, no período de 2004 e 2005 foi 1º Vice-Presidente do Conselho Nacional de Procuraores Gerais, para o biênio 2005/2006 foi eleito Presдите do Conselho Nacional de Procuradores Gerais de Justiça. No cargo de Procurador Geral de Justiça de Pernambuco fica até 2007.

Sala das Reuniões, em 22 de novembro de 2005.
Pedro Eurico Deputado
Adelmo Duarte, Aglailson Júnior, Ana Cavalcanti, Ana Rodovalho, Antônio Figueirôa, Antônio Moraes, Aurora Cristina, Betinho Gomes, Bruno Araújo, Dilma Lins, Elias Lira, Ettore Labanca, Geraldo Coelho, Henrique Queiroz, Jacilda Urquisa, João Fernando Coutinho, João Negromonte, José Queiroz, Lourival Simões, Malba Lucena, Manoel Ferreira, Marcantônio Dourado, Mavial Cavalcanti, Pastor Cleiton Collins, Raimundo Pimentel, Ricardo Teobaldo, Roberto Liberato, Sebastião Oliveira Júnior, Sebastião Rufino, Sérgio Leite, Soldado Moisés, Teresa Leitão.

À 1ªComissão.
Projeto de Resolução Nº 1195/2005
Concessão de Título Honorífico de “Cidadão do Estado de Pernambuco”
EMENTA: Dispõe sobre a concessão do Título Honorífico de Cidadã de Pernambuco a DRA. ZILDA ARNS NEUMANN, Médica Pediatra e Sanitarista, Coordenadora Nacional da Pastoral da Criança.

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE PERNAMBUCO
RESOLVE:
ARTIGO 1º - Fica concedido o Título Honorífico de Cidadã de Pernambuco a Dra. Zilda Arns Neumann, Coordenadora Nacional da Pastoral da Criança.
ARTIGO 2º - Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.
ARTIGO 3º - Revogadas as disposições em contrário.
Justificativa

Justificativa

A Pastoral da Criança, organismo de Ação Social Conferência Nacional dos Bispos do Brasil – CNBB, vem sendo apontada como uma das mais importantes organizações de todo o Mundo a trabalhar em saúde, nutrição e educação da criança, do ventre materno aos seis anos de vida, envolvendo necessariamente famílias e comunidades carentes. A semente desse serviço foi lançada em maio de 1982, por Dom Paulo Evaristo Arns, Cardeal Arcebispo de São Paulo, e Sr. James Grant, então Diretor Executivo do UNICEF, em Genebra, durante debate sobre os problemas da pobreza e a paz no Mundo, quando este convenceu D. Paulo Evaristo Arns, de que a Igreja poderia ajudar a salvar a vida de milhares de crianças que morriam pela desidratação se ensinasse às mães a preparar o soro oral. No ano seguinte, a CNBB confiava a tarefa de criação e desenvolvimento da Pastoral da Criança a Dom Geraldo Majella Agnelo, então Arcebispo de Londrina, Paraná (hoje, Presidente da CNBB e Arcebispo de São Salvador da Bahia), e à médica **Dra. Zilda Arns Neumann**.

Assim, em setembro de 1983, a Pastoral da Criança iniciava suas atividades a partir de um projeto piloto no Município de Florestópolis, Paraná, onde a mortalidade infantil era de 127 para cada 1.000 crianças nascidas vivas. Em 1997, a mortalidade infantil já era inferior a 20 óbitos por 1.000 nascidos vivos. Hoje, presente em todo o Brasil, a Pastoral da Criança criou metodologia própria, tendo como centro a criança dentro do contexto familiar e comunitário.

A missão da Pastoral da Criança é a própria missão de Jesus, que é também a missão da Igreja e de todos os cristãos: Evangelizar. Por isso, a Pastoral da Criança é ecumênica e não faz nenhum tipo de discriminação de cor, raça, credo religioso ou opção política. Seus líderes e as famílias acompanhadas pertencem a distintas Igrejas e denominações cristãs, todas com a mesma missão: Evangelizar, anunciando Jesus. É fazer o que Ele fez, unindo Mística e Ação - Fé e Vida. Jesus, com sua presença transformadora, anunciava o Reino de Deus, a esperança de um mundo mais humano e solidário e denunciava a injustiça e a exclusão na sociedade. É o que a Pastoral da Criança procura fazer: estar a serviço da vida e da esperança, da fé, do amor, da alegria e da paz; tem por objetivo o desenvolvimento integral das crianças, promovendo, em função delas, também suas famílias e comunidades, através dos seguintes programas, entre outros que sirvam a suas finalidades:

- Sobrevivência e desenvolvimento integral da criança, através de ações básicas de saúde, nutrição, educação e comunicação, sobretudo nos bolsões de miséria;
- Formação humana e cristã das famílias e líderes comunitários, agentes voluntários da Pastoral da Criança, e apoio especial às pessoas da terceira idade que participam de suas atividades;
- Promoção dos Direitos da Criança e do Adolescente;
- Redução da violência familiar e comunitária;
- Geração de Renda, para auto-sustentação das famílias acompanhadas e ajuda mútua entre elas;
- Capacitação da mulher em economia doméstica e nos cuidados com a criança, com a família e consigo mesma;
- Alfabetização de jovens e adultos que participam da Pastoral da Criança;
- Documentação e informação sobre a situação da criança e da família no Brasil;
- Pesquisa nas áreas de referência programática.

A estrutura da Pastoral da Criança - Coordenação Nacional e Coordenações Estaduais, Diocesanas, Paroquiais e Comunitárias - é a mais simples e ágil possível. Aproximadamente 75% dos recursos são gerenciados diretamente pelas equipes regionais, nas dioceses, que os distribuem às equipes paroquiais e comunidades, para possibilitar o trabalho voltado à população necessitada. As coordenações diocesanas prestam contas à Coordenação Nacional que, concentrando a burocracia e descentralizando as atividades e os recursos, informatizou toda sua atividade, permitindo às fontes financiadoras o acesso imediato às informações sobre o alcance dos

objetivos e a aplicação e uso dos recursos. Esta agilidade da Pastoral da Criança é ferramenta importante para o sucesso de suas ações, permitindo o acompanhamento dessas milhares de crianças e gestantes em todo o País a um baixo custo.

Atualmente, à frente da Coordenação Nacional da Pastoral da Criança, está **Zilda Arns Neumann**, com história de amor, garra e ações concretas. A Pastoral vem sendo uma das mais importantes organizações comunitárias com atuação internacional. Transfere tecnologia e estímulo a países com experiências semelhantes à brasileira. No Brasil, a rede está presente em 3.616 municípios, cuida de 1,6 milhão de crianças e quase 80 mil gestantes, através de uma rede de 218 mil voluntários. Segundo Dra. Zilda – que em 2000 foi contemplada com o Prêmio USP de Direitos Humanos –, é impossível discursar sobre cidadania ou desenvolvimento econômico se não for valorizado o potencial das relações humanas. Ela alerta também para a necessidade de políticas públicas que estimulem a parceria entre Governo, empresários e sociedade civil na resolução dos problemas de exclusão social.

Durante muitos anos, Zilda prestou serviços na Pediatria do Hospital de Criança Cezar Pernetta, em Curitiba, Paraná, como médica. Depois foi diretora de postos de saúde das periferias de Curitiba e mais tarde dirigiu a Assistência Materno-Infantil do Paraná. Essas experiências fizeram a médica refletir sobre a metodologia que deveria ser adotada para fazer com que cada mãe aprendesse coisas simples, que prevenissem a morte e fossem importantes para o desenvolvimento dos seus filhos. Ela tinha certeza de que não existia nada que promovesse mais a inclusão social do que a democracia do saber e da solidariedade. “Perguntava-me: como líderes analfabetos poderiam ser estimulados a multiplicar o saber? Eu tinha certeza de que reduziria a mortalidade infantil, a desnutrição e a violência familiar com a educação das mães e das famílias”, diz. Para capacitar líderes da comunidade, a médica diz que se baseou na leitura da distribuição de pães e peixes narrada no Evangelho de São João. “Planejei que cada líder comunitário capacitado iria multiplicar o seu saber por 10 a 20 famílias, e assim esses líderes cada vez aprenderiam mais. A mística cristã era o motor que impulsionava o trabalho”. Reflete a médica.

Para levar a Pastoral da Criança para os outros lugares do Brasil, Dra. Zilda encontrou muitos obstáculos e críticas, inclusive por parte da Igreja. Ela conta que algumas pessoas achavam que pesar as crianças e ensinar às mães como fazer soro caseiro era papel do Governo. “Estamos fazendo a multiplicação do conhecimento, promovendo a autonomia na prevenção das doenças, transformando líderes comunitários em agentes de transformação. É um serviço assistencialista, porque ensina ao povo iniciativas corriqueiras, como preparar soro caseiro, em vez de exigir que o Governo cuide do saneamento básico e do emprego. Mas, até isso acontecer, quantas crianças morrem, quantas delas são empurradas para a rua?”, questiona Dra. Zilda. O trabalho da Pastoral baseia-se em cinco ações: saúde da gestante, aleitamento materno, soro caseiro, vigilância nutricional e vacinação. Como pediatra e sanitarista experiente, ela considera imprescindíveis as atividades realizadas pelos líderes comunitários na própria comunidade, porque o importante não é só assistir às crianças, mas fazer com que as famílias se sintam estimuladas a cuidar melhor de seus filhos e se mobilizem para recuperar os desnutridos. Para Dra. Zilda, mesmo um líder analfabeto é capaz de uma atuação extraordinária em favor da sua comunidade.

As ações da Pastoral da Criança demonstram que “a solução dos problemas sociais depende da valorização do tecido social, do potencial de cada pessoa e de políticas públicas para os mais necessitados”, segundo Dra. Zilda, e é uma tarefa que deve ser compartilhada entre Governo, empresários e sociedade civil, opina: “As parcerias entre eles são de fundamental importância na busca da realização de um trabalho eficaz que realmente chegue às famílias e às comunidades”.

Tudo o que a Dra. Zilda Arns faz a 20 anos é trabalhar para que o filho do brasileiro pobre, não raramente miserável, tenha comida, escola, cresça com saúde e adquira condições para romper a barreira da exclusão, puxando junto, a família. Por três vezes seu trabalho foi indicado ao Prêmio Nobel da Paz. Em 2002, Dra. Zilda Arns recebeu em Washington, Estados Unidos, o título de Heroína da Saúde Pública das Américas, homenagem feita pela Organização Pan-Americana de Saúde, braço da Organização Mundial da Saúde (OMS) na América Latina, onde a Pastoral tem ampliado sua atuação em países como Venezuela, Peru, Bolívia, Uruguai, Chile e, mais fortemente, no Paraguai; sendo, a organização e seus voluntários, foram indicados como um dos finalistas do “Nobel das Crianças”, premiação sueca.

No Brasil, a Pastoral da Criança acompanha 1,6 milhão de crianças na faixa de zero a seis anos e quase 80 mil gestantes em mais de 32 mil comunidades, dando orientações básicas sobre saúde, nutrição, educação e cidadania. A sabedoria e experiência fazem de Dra. Zilda uma das mais capacitadas integrantes da equipe que discute a implantação do *Fome Zero*, plano que pretende acabar com o problema mais urgente no País: a fome de pelo menos 25 milhões de pessoas (há estatísticas que falam em 50 milhões). Por isso, quando ela comenta alguns pontos frágeis do programa – como prestação de contas por parte dos beneficiados e imposição para que as famílias comprem apenas produtos que componham a cesta básica –, tem obrigatoriamente que ser ouvida. Para Dra. Zilda Arns, restrições não vão garantir o sucesso do Fome Zero. “Não critico o programa, sou colaboradora e sinto o dever de consciência de manifestar o que eu acho, que a gente não deve complicar, deve ser mais direto. Não é, portanto, dar o dinheiro e achar que a coisa está pronta. *Fome Zero* não prevê somente isso”. O lema da Pastoral da Criança foi retirado da *Bíblia*. Está em João, 10,10: *“Eu vim para que tenham vida e tenham em abundância”*.

No ano de 1994 a Pastoral da Criança iniciou um programa de acompanhamento a pessoas idosas. O que motivou o desenvolvimento dessa atividade, foi a observação feita por Dra. Zilda Arns que, em suas visitas constantes às Dioceses de todo o Brasil, foi dando-se conta de que em torno de um terço dos Agentes de Pastoral - Líderes e Coordenadores, encontrava-se já na faixa dos 60 anos ou mais. Os próprios líderes da Pastoral questionavam a Dra. Zilda como orientar os idosos que encontravam nas casas em que faziam as visitas mensais para acompanhar as gestantes e crianças quando, em muitos casos, os avós moravam na mesma residência. Ouvindo esses clamores das bases, de que se fazia necessário fazer alguma coisa para esses idosos, iniciou um programa chamado Terceira Idade na Pastoral da Criança.

Em 1995, com a colaboração voluntária do médico geriatra, Dr. João Batista Lima Filho, e da Educadora em Saúde Pública, Profa. Sophia Sarmiento foi escrito um manual chamado: A Terceira Idade na Pastoral da Criança - De Bem com a Vida. Com a ajuda destas pessoas, iniciou nas bases a testagem do material educativo e da metodologia de trabalho. Esta ação, voltada às pessoas idosas, visa a melhoria da qualidade de vida dos idosos na FAMÍLIA. É uma ação preventiva e que provoca o desencadeamento de outras atividades na comunidade, porque, ao visitar as famílias, adquire-se um conhecimento bem concreto da realidade. Sabe-se em que condições vivem, quais os desafios que enfrentam, quais os anseios de nossos idosos.

No ano de 2004, durante a Assembléia dos Bispos do Brasil, em Itaiçi/SP, no mês de abril, os Bispos oficializaram a criação da Pastoral da Terceira Idade em nível nacional. Na ocasião foi nomeada a Dra. Zilda Arns como Coordenadora Nacional desta Pastoral e Dom Aloysio José Leal Penna, Arcebispo de Botucatu como Bispo responsável junto à CNBB. Estes optaram por fazer uma pesquisa a nível nacional, dirigida a todos os Bispos e Coordenadores de Pastoral de todas as Dioceses do Brasil. Esta pesquisa tem por finalidade saber o que já existe de ações voltadas às pessoas idosas nas quase 300 Dioceses e o que os Bispos esperam de uma Coordenação Nacional dessa Pastoral.

Dra. Zilda Arns Neumann, brasileira, nasceu no Estado de Santa Catarina, na cidade de Forquilha, em 1934. Viúva, mãe de cinco filhos, avó, irmã de personalidades preciosas na vida religiosa, como Dom Paulo Evaristo Arns e Dom Crisóstomo; Médica Pediatra e Sanitarista; Co-Fundadora e Coordenadora Nacional da Pastoral da Criança; Coordenadora Nacional da Pessoa Idosa e Membro do Conselho Nacional de Saúde; dedica-se à saúde e ao bem-estar de crianças, adolescentes e suas famílias carentes do País.

Em 1959, conclui o Curso de Medicina, na Universidade Federal do Paraná, seguindo com vários Cursos de Especialização e Aperfeiçoamento, e participações em eventos, reuniões e missões nacionais e internacionais. No ano de 2003, publicou o livro *Depoimentos Brasileiros Zilda Arns Neumann* e recebeu várias Menções Especiais, abaixo citadas.

Internacionais:
Dezembro de 2002 – Em Washington, o Prêmio “Heroína da Saúde Pública das Américas”, em reconhecimento a sua contribuição à saúde das pessoas das Américas, concedido pela Organização Pan Americana de Saúde – OPAS, por ocasião da comemoração do 100º aniversário de fundação da OPAS.
Setembro de 2001 – Medalha “Paul Harris” concedida pelo Rotary Internacional.
Agosto de 2000 – Medalha “Simón Bolívar” da Câmara Internacional de Pesquisa e Integração Social.
Julho de 1997 – Prêmio Humanitário 1997 do Lions Clubes Internacional, a mais alta honraria dessa Associação.
Setembro de 1994 – Prêmio Internacional da Organização Panamericana de Saúde – em Administração Sanitária - OPAS, entregue durante a XXIV Conferência Sanitária Panamericana, em Washington.
Novembro de 1991 – Indicada pelo Ministério da Saúde do Brasil para concorrer ao Prêmio Internacional atribuído pelo Comitê do Memorial Nathalie Massé, da França, na Área de Saúde.

Nacionais:
Junho 2005 – Medalha João Pacífico, da Câmara dos Deputados de Cordeirópolis-SP.
Maio 2005 – Grande Colar do Mérito da Justiça do Trabalho da 15a Região, Campinas-SP.
Fevereiro 2005 – Diploma e a Medalha “O Pacificador da ONU Sérgio Vieira de Mello”, concedido pelo Parlamento Mundial de Segurança e Paz, Recife-PE.
Dezembro 2004 – Troféu de Destaque Nacional Social”, prêmio principal do evento “As Mulheres mais Influentes do Brasil”, promovido pela Revista Forbes do Brasil com o apoio da Gazeta Mercantil e do Jornal do Brasil.

nas operações internas e de importação promovidas pelos respectivos estabelecimentos fabricantes ou importadores ou empresas cessionárias neste Estado, realizadas com veículos novos.

2.4- A medida de política fiscal inserida no bojo do referido Projeto de Lei, visa manter a mesma carga tributária atualmente praticadae, no mínimo , a arrecadação relativa ao referido setor nos níveis atuais.

Diante do exposto, opino no sentido de que o parecer desta Comissão de Desenvolvimento Econômico, seja pela aprovação do Projeto de Lei Ordinária nº 1123/2005, considerando que o objeto de sua matéria evidencia o interesse público e érelevante para o desenvolvimento econômico do Estado de Pernambuco.

Nelson Pereira
Deputado

Ante o exposto, e tendo em vista as considerações expedidas pelo relator, opinamos pela Aprovação do Projeto de Lei nº 1123/2005 de autoria do Poder Executivo.

Sala da Comissão de Desenvolvimento Econômico,
em24 de novembro de 2005.

Presidente em exercício: Augusto Coutinho.

Relator : Nelson Pereira.

Favoráveis os (3) deputados: Ana Cavalcanti, Augusto Coutinho, Teresa Leitão.

Indicações

Indicação Nº 4825/2005

Indicamos à Mesa depois de ouvido Plenário, obedecidas as normas regimentais, que seja enviado um apelo ao Exmo. Sr. Prefeito da Cidade do Recife, JOÃO PAULO, no sentido de tomar medidas cabíveis a fim de conceder, urgentemente, benefícios às empresas que se encontram na informalidade liberando Alvarás e Licenças de funcionamento, bastando para tal que seja observada normas que garantam a segurança quanto a risco de vida e à saúde das pessoas.

Da decisão do Plenário, dê-se conhecimento ao Exmo. Sr. Governador do Estado de Pernambuco, Dr. JARBAS VASCONCELOS, ao Exmo. Sr. Presidente da Câmara de Vereadores do Recife, Verador JOSENILDO SINÉSIO, ao Sr. Presidente do Conselho Regional de Contabilidade de Pernambuco, Contador NELSON MITIMAS - Rua do Sossego, 693 - Santo Amaro - Recife-PE - 50.100-150, ao Presidente do SEBRAE, Dr. MARCELO CÔRTE REAL - Rua Tabaiães, 360 - Ilha do Retiro - Recife-PE - 50.750-230, ao Presidente do SENAI, Dr. ANTÔNIO CARLOS AGUIAR - Rua Frei Cassimiro, 88 - Santo Amaro - Recife-PE - 50.100-260, ao Presidente do SENAC, Dr. JOSIAS SILVA - Av. Visconde de Suassuna, 500 - Santo Amaro - 50.050-540 eao Presidente da Junta Comercial de Pernambuco - JUCEPE, Dr. MARCELO CÔRTE REAL - Rua do Hospício, 751 - Boa Vista - Recife-PE - 50.050-050.

Justificativa

Este pleito dá-se em virtude de pronunciamento da assessoria de V. Exa., a qual demonstrou o seu pronto interesse em aderir ao Projeto Federal (REDESIM) que visa diminuir exigências para formação de empresas. Porém, essas medidas tão valorizadas no âmbito federal, não são priorizadas pela falta de reperscursão imediata no presente, embora sejam de preciosos resultados. Cientes de sua real sensibilidade ao “mundo cinza” da informalidade, apresento esse pleito em nome de muitos cidadãos que nos tem procurado e dos milhares anônimos que se encontram com seus pequenos patrimônios, sua renda familiar e de seus agregados em risco de óbitos.

Se a tecnocracia legislativa operasse visando o social, o imediatismo de cada indivíduo, do grupo e de cada classe, atingiríamos a meta humanística aspiração de nossa sofrida sociedade. Não podemos cruzar os braços, à espera de copiar iniciativas alheias. Temos um passado histórico de compromisso com as causas daqueles a quem representamos.

Em Fortaleza, por exemplo, já existe Lei (Nº 8464) para negócios em casa. Medidas como estas, traz auto-estima dos indivíduos envolvidos, abre as portas para empréstimos e financiamentos, estimulando o conhecimento, a ampliação de um mercado gerador de rendas e responsável pelo sustento de parcela da sociedade que no Brasil, movimentam 6% do BIP ou o total das riquezas produzidas no país no período de 12 meses.

Sabemos que metade da população economicamente ativa, não tem emprego formal. E toda atividade informal, seja para os empregados ou para o empreendedores é marginalizada e injusta o que repudiamos. Não basta os 56% de empresas que morrem no seu 5º ano, eliminando da economia brasileira 15 bilhões de reais ao ano e 281.000 pontos de trabalho, segundo dados do SEBRAE, às outras em referência abortam antes de nascer levando consigo os sonhos, as idéias, a perspectiva de sustento de muitos, por exigências descabidas, mediante o radicalismo e a inflexibilidade dos que opinam de forma técnica e fria.

As leis são mutáveis para se adequarem a cada momento histórico, econômico e político, outras são criadas para preencher lacunas. O que elas não podem é estagnar setores da sociedade.

As estatísticas apontam para a vergonhosa situação que coloca o Brasil em situação constrangedora, segundo o BIRD, no cenário internacional. “Empresas em países pobres enfrentam mais burocracia do que em países ricos.” Existe uma necessidade imediata de se descer da pirâmide e está onde mais precisam da gente, os informais.

Sala das Reuniões, em 22 de novembro de 2005.

Mavial Cavalcanti
Deputado

Indicação Nº 4826/2005

Indicamos à Mesa depois de ouvido Plenário, obedecidas as normas regimentais, que seja enviado um apelo ao **Ilmo. Sr. Dr. Rogério Embiruçu Lyra, Presidente da TIM**, no sentido de que seja instalada uma **Torre de Transmissão para Telefonia Celular no Município de Salgadinho/PE**

Da decisão desta Casa dê-se conhecimento ao **Sr. José Antônio Pedro de Bastos** -Presidente do Conselho de Moradores do Município de Salgadinho - à rua Edgar Matos Guerra, s/n Centro - Salgadinho - CEP: 55.675-000

Justificativa

A inclusão dos mais de 15 mil moradores do município de Salgadinho na Telefonia Celular é um grande e antigo anseio daquela população tão sofrida e necessitada. Tal recursopossibilitaria uma avanço muito grande na forma de comunicação, principalmente trazendo um grande progresso para aquela região.

É importante frizarmos que como na Cidade de Salgadinho existem pontos bastante elevados,também seriamprivilegiados os Municípios vizinhos de: Passira e Cumaru, que por serem tão próximos automaticamente seriam privilegiados.

Certa do apoio dos meus nobres pares para a aprovação desta indicação agradeço em nome dos moradores daquela Região.

Sala das Reuniões, em 24 de novembro de 2005.

Ana Cavalcanti
Deputada

Indicação Nº 4827/2005

Indicamos à Mesa depois de ouvido Plenário, obedecidas as normas regimentais, que seja enviado um apelo ao Presidente do DER, Dr. Luciano Danzi e ao Secretário de Infra-Estrutura, Dr, Fernando Dueire, no sentido de autorizarem a recuperação do acesso a cidade de São Benedito do Sul.

Da decisão do Plenário, dê-se conhecimento ao Prefeito, Senhor Cláudio José Gomes Amorim - Prefeitura Municipal- São Benedito do Sul/PE e aos demais Vereadores na pessoa do Presidente da Câmara- Câmara dos Vereadores de São Benedito do Sul/PE.

Justificativa

É de suma importância a recuperação ao acesso da cidade de São Benedito do Sul, pois recebe inúmeros visitantes, principalmente neste período que aproxima as festas natalinas.

O Prefeito Cláudio José, vem cumprindo sua parte administrando com bastante zelo o município, e solicita o atendimento do referido pleito.

Sala das Reuniões, em 23 de novembro de 2005.

Sebastião Oliveira Júnior
Deputado

Indicação Nº 4828/2005

Indicamos à Mesa depois de ouvido Plenário, obedecidas as normas regimentais, que seja enviado um apelo ao Gerente Regional de Relações Institucionais da Telemar/Nordeste, Dr. Délio Zobaran, no sentido de verificar a possibilidade de instalação de um telefone público, tipo “orelhão” no Povoado da Fonte da Velha (Mjada da Velha), no município de São Benedito do Sul/PE.

Da decisão do Plenário, dê-se conhecimento ao Prefeito, o Senhor Cláudio José Gomes Amorim - Prefeitura Municipal- São Benedito do Sul/PE e ao demais Vereadores na pessoa do Presidente da Câmara- Câmara dos Vereadores de São Benedito do Sul/PE.

Justificativa

Em face a grande distância da localização do telefone público mais próximo do povoado Fonte da Velha, a população enfrenta dificuldades na comunicação com parentes, amigos, órgãos públicos, entidades diversas e principalmente em casos graves de saúde e violência.

Pelo exposto e considerando a importância da presente proposição nos dias atuais solicito aos ilustres pares a sua aprovação.

Sala das Reuniões, em 23 de novembro de 2005.

Sebastião Oliveira Júnior
Deputado

Indicação Nº 4829/2005

Indicamos à Mesa depois de ouvido Plenário, obedecidas as normas regimentais, que seja enviado um apelo ao Excelentíssimo Senhor Governador, Doutor Jarbas Vasconcelos e ao Excelentíssimo Senhor Secretário de Justiça e Direitos Humanos, Dr. Elias Gomes da Silva, no sentido de viabilizar a instalação de uma agência do PROCON no município de Serra Talhada.

Da decisão do Plenário, dê-se conhecimento ao Prefeito, Dr. Carlos Evandro Perreira de Menezes, Prefeitura Municipal, Rua Agostinho de Nunes de Magalhães, 125, Serra Talhada/PE, ao Presidente da Câmara, Vereador Paulo Melo, Câmara de Vereadores, Rua Enock Inácio de Oliveira, 1280, Serra Talhada/PE e a Câmara de Dirigentes Lojistas na pessoa do Presidente Francisco José Mourato da Cruz, Rua Enock Inácio de Oliveira, 814, 1º andar, Serra Talhada/PE.

Justificativa

Serra Talhada, localizada no Sertão do Pajéu, é hoje considerada cidade polo, principalmente pela diversidade do comércio local, para tanto temos uma atuante Câmara de Dirigentes Lojistas (CDL) que organiza anualmente a Expo Serra evento bastante prestigiado por todos os comerciantes locais e das demais cidades circunvizinhas, que tem na maioria de sua população consumidores do comércio de Serra Talhada.

A instalação de uma Agência do Procon, é de suma importância para coibir fraudes e abusos contra os consumidores, e presta-lhe orientação permanente sobre os seus direitos e garantias, podendo acatar denúncias, sugestões e tantos outros benefícios para a população.

Ante o exposto solicito dos meus ilustres pares a aprovação dessa proposição.

Sala das Reuniões, em 23 de novembro de 2005.

Sebastião Oliveira Júnior
Deputado

Requerimentos

Requerimento Nº

Requeremos à Mesa, ouvido o Plenário e cumpridas as formalidades regimentais que seja colocado para tramitação em caráter de **urgência** o Projeto de Lei Ordinária n.º 1165/05, de autoria do Tribunal de Contas do Estado.

Justificativa

Trata-se de Projeto que reconhece aos servidores à disposição do Sindicato dos Servidores do Tribunal de Contas -Sindicontas, a promoção por merecimento, além de fixar a data base da categoria. É importante para os servidores que a sanção aconteça ainda este ano.

Sala das Reuniões, em 23 de novembro de 2005

Sérgio Leite
Deputado

Ana Cavalcanti, Antônio Moraes, Aurora Cristina, Ceça Ribeiro, Dilma Lins, Isaltino Nascimento, Ricardo Teobaldo, Roberto Leandro, Roberto Liberato, Sebastião Rufino, Soldado Moisés.

Requerimento Nº 3576/2005

Requeremos à Mesa, ouvido o Plenário e cumpridas as formalidades regimentais, seja consignado na Ata dos Trabalhos Legislativos de hoje, Voto de Congratulações ao Secretário de Defesa Social, Dr. JOÃO BRAGA, pela corajosa e benéfica medida que instituiu a Lei Seca em alguns Bairros da Região Metropolitana do Recife.

Da decisão desta Casa, e do inteiro teor desta proposição, dê-se conhecimento ao Exmo. Sr. Governador do Estado de Pernambuco, Dr. JARBAS VASCONCELOS, ao Exmo. Sr. Prefeito da Cidade do Recife, JOÃO PAULO e ao Exmo. Sr. Vereador JOSENILDO SINÉSIO, Presidente da Câmara de Vereadores do Recife.

Justificativa

Louvável a medida que visa minimizar o alto índice de violência em nosso Estado.

Às vezes, as medidas nos parecem anti-popular, mas o compromisso com o bem-estar social, especificamente, com a segurança dos cidadãos, estão acima dos julgamentos insensatos.

administrativas, garantirdireitos e preservar a nossa memória histórica. O processo será realizado através de uma Comissão composta por representantes indicados pela: Superintendência Geral; Assistência Legislativa; Superintendência de Recursos Humanos; Superintendência Administrativa; Procuradoria Geral e Gerência de Arquivo e Preservação do Patrimônio Histórico do Legislativo, sob a presidência da Gerente desta última, com a finalidade de elaborar tabelas de temporalidade dos documentos mantidos nos arquivos desta Assembléia Legislativa de Pernambuco e proceder o descarte de documentos rotineiros cujos valores não importam na garantia de direitos e da memória histórica. A iniciativa foi bastante elogiada, tendo o Senhor Presidente recebido o apoio dos demais membros do colegiado. Logo em seguida, a Presidência informa sobre a instalação de telefones ramais para os Gabinetes dos Senhores Deputados, retirando por conseguinte as linhas diretas. Foi concedida a palavra a Dra. Eva de Andrade Lima, Superintendente Geral, que defende esta medida pois a mesma acarretará economia para a Casa. Prosseguindo, o Senhor Presidente concedeu a palavra ao Deputado Êtore Labanca que solicita a instalação de um laptop, conectado a internet, no Plenário com a finalidade dos Senhores Deputados efetuarem pesquisas. Discorre o Primeiro Vice-Presidente que esta solicitação é resultante do pleito de vários parlamentares, pois este computador será um instrumento valioso para que os Deputados possam dirimir suas dúvidas, através do levantamento de informações, durante os debates e as votações. Este pleito foi aprovado, tendo o Senhor Presidente designado a Superintendente Geral para a consecução desta solicitação. Continuando, o Senhor Presidente concede a palavra ao Deputado Raimundo Pimentel que, após ter sido procurado por vários funcionários, questiona o por quê do auxílio-alimentação não poder ser pago aos mesmos quando encontram-se de férias ou de licença. Com a palavra, o Procurador-Geral esclarece aos membros da Mesa Diretora que não é possível que isto aconteça pois iria descaracterizar a natureza indenizatória deste auxílio. Em seguida, o Senhor Presidente concedeu a palavra ao Deputado Sérgio Leite que informa aos seus pares que apresentará Projeto na próxima reunião deste Colegiado a respeito de um serviço de atendimento ao consumidor, nos moldes de um 0800, da forma como foi implantado nas Assembléias Legislativas do Ceará e de Minas Gerais. Os Senhores Parlamentares opinaram de forma favorável, ficando de se discutir esta proposta quando da apresentação do Projeto. Em seguida, a Mesa Diretora aprovou o balançete financeiro do mês de julho de 2005. Com a palavra, a Superintendente Geral informa que a entrega do Troféu Leão do Norte será dia 06 (seis) de dezembro, em caráter solene, quando serão agradciados os vencedores do exercício 2005 nas áreas de cultura, educação e economia. Dando continuidade, o Senhor Presidente concede a palavra a Assistente Chefe da Assistência de Comunicação Social que informa sobre a realização da festa de confraternização dos funcionários desta Assembléia Legislativa, em comemoração pelo Dia do Funcionário Público, a acontecer no dia 28 de outubro do corrente ano no Hotel Fazenda Miramar. Continuando, o Senhor Presidente informa que nos dias 06, 08, 13 e 15 de setembro e 03, 04 e 06 de outubro de 2005 foram assinados os Atos Administrativos de nºs 514 a 537, que foram publicados no Diário Oficial deste Poder Legislativo. Declarando encerrados os trabalhos, o Senhor Presidente determinou à Assistente Chefe da Assistência Legislativa que lavrasse a presente Ata, para fins legais e de publicação, que vai ao final datada e devidamente assinada.

Sala Torres Galvão, em 17 de novembro de 2005.

Deputado ROMÁRIO DIAS
Presidente
<i>Deputado ETTORE LABANCA</i>
1º Vice-Presidente
Deputado RAIMUNDO PIMENTEL
2º Vice-Presidente
Deputado JOÃO NEGROMONTE
1º Secretário
Deputado GUILHERME UCHÔA
2º Secretário
Deputado SÉRGIO LEITE
3º Secretário
Deputada CARLA LAPA
4º Secretário

Ata de Comissão

Ata de Comissão

ATA DA PRIMEIRA AUDIÊNCIA PÚBLICA CONJUNTA DAS COMISSÕES DE EDUCAÇÃO E CULTURA E SAÚDE REALIZADA ÀS ONZE HORAS DO DIA VINTE E SETE DE OUTUBRO DE DOIS MIL E CINCO.

Ata de Comissão

AOS VINTE E SETE DO MÊS DE OUTUBRO DO ANO DE DOIS MIL E CINCO, ÀS ONZE (11), NO PLENARINHO III, LOCALIZADO NO SEGUNDO ANDAR DO EDIFÍCIO NILO COELHO, ANEXO I AO PALÁCIO JOAQUIM NABUCO, E DE ACORDO COM O ARTIGO 131, DO REGIMENTO INTERNO, FOI REALIZADA A PRIMEIRA AUDIÊNCIA PÚBLICA CONJUNTA DAS COMISSÕES DE EDUCAÇÃO E CULTURA E SAÚDE, CUJO TEMA É O PROTAGONISMO JUVENIL E O MONITORAMENTO DE POLÍTICAS PÚBLICAS DE SAÚDE, A REQUERIMENTO DO DEPUTADO NELSON PEREIRA, SOB A PRESIDÊNCIA DOS DEPUTADOS ROBERTO LIBERATO E MAVIAEL CAVALCANTI, COM AS PRESENCAS DOS DEPUTADOS ANA CAVALCANTI, NELSON PEREIRA E TERESA LEITÃO. CONSTATANDO O QUORUM REGIMENTAL, EM AMBAS AS COMISSÕES OS SENHORES PRESIDENTES DECLARAM ABERTA A REUNIÃO. LIDAS SÃO APROVADAS AS ATAS DAS REUNIÕES ANTERIORES DA V COMISSÃO. O SENHOR PRESIDENTE, DEPUTADO ROBERTO LIBERATO, INFORMA AOS PRESENTES QUE ANTES DE INICIAR A AUDIÊNCIA PÚBLICA NA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO E CULTURA TEM OS PROJETO DE LEI Nº 1113 E 1114 PARA SEREM DISTRIBUÍDOS, O QUE O FAZ FICANDO O PROJETO DE LEI Nº 1113 SOB A RELATORIA DO DEPUTADO MAVIAEL CAVALCANTI E O PROJETO DE LEI Nº 1114 SOB A RELATORIA DA DEPUTADA TERESA LEITÃO. PROSSEGUINDO, O SENHOR PRESIDENTE DEPUTADO ROBERTO LIBERATO, CONVIDA PARA COMPOR A MESA OS SENHORES: CECÍLIA BELTRÃO, DIRETORA EXECUTIVA DE PLANEJAMENTO DA ONG AUÇUBA – COMUNICAÇÃO E EDUCAÇÃO; FABIO ATANÁSIO, COORDENADOR DO ESCRITÓRIO DA UNICEF NO RECIFE; FABIO CORREIA COSTA, REPRESENTANTE DA ARTICULAÇÃO AIDS EM PERNAMBUCO; FLAVIA VERAS, GERENTE DE ATENDIMENTO À SAÚDE DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE DA SAÚDE DA CIDADE DO RECIFE; LUCENIR GOMES, REPRESENTANTE DA ONG CIPÓ – COMUNICAÇÃO INTERATIVA E DA REDE SOU DE ATITUDE; MARIA DAS GRAÇAS S. MAGALHÃES, GERENTE DO DEPARTAMENTO DE SAÚDE DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE DA SECRETARIA ESTADUAL DE SAÚDE; E NARA MENEZES, COORDENADORA DO PROGRAMA SAVE THE CHILDREN DO REINO UNIDO. APÓS COMPOR A MESA A PRESIDÊNCIA ACUSA O RECEBIMENTO DE UM FAX DA REPRESENTAÇÃO DA UNESCO EM PERNAMBUCO INFORMANDO QUE INFELIZMENTE NÃO PODERIA COMPARECER A ESTA AUDIÊNCIA PÚBLICA, ATO CONTINUO, CONCEDE A PALAVRA AO AUTOR DO REQUERIMENTO, DEPUTADO NELSON PEREIRA QUE FAZ A LEITURA DE UM DISCURSO ONDE EXPÕE SUAS RAZÕES PARA TER REQUERIDO ESSA AUDIÊNCIA PÚBLICA E RESSALTA A IMPORTÂNCIA DO EVENTO QUE VISA APROXIMAR A SOCIEDADE CIVIL DO PARLAMENTO. EM SEQUÊNCIA A PRESIDÊNCIA CONCEDE A PALAVRA AO SENHOR JOÃO BATISTA QUE INICIALMENTE EXPLICA QUE A ARTICULAÇÃO JOVEM PELA VIDA É FORMADA POR JOVENS QUE FAZEM PARTE DE PROJETOS, DE INSTITUIÇÕES, DE GRUPOS OU FÓRUMS E POR JOVENS ATIVISTAS. RESSALTA IMPORTÂNCIA PARA O GRUPO DE ESTAR NA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA, DA IMPORTÂNCIA DA JUVENTUDE SER OUVIDA E EXTERNA UM POUCO DO SENTIMENTO DO GRUPO NESTE MOMENTO. DESTACA AINDA QUE ESTA AUDIÊNCIA ESTÁ SENDO ACOMPANHADA, VIA INTERNET, POR GRUPOS DE JOVENS DE VÁRIOS ESTADOS DO PAÍS QUE INTEGRAM A REDE SOU DE ATITUDE. INFORMA QUE ESTA REDE É FORMADA POR ADOLESCENTES E JOVENS E QUE EM PERNAMBUCO DESENVOLVE AÇÕES EM PARCERIA COM A ARTICULAÇÃO JOVEM PELA VIDA. FINALIZANDO SUAS PALAVRAS, REGISTRA A PRESENÇA DOS SENHORES: CECÍLIA BELTRÃO, DIRETORA EXECUTIVA DE PLANEJAMENTO DA ONG AUÇUBA – COMUNICAÇÃO E EDUCAÇÃO; FABIO ATANÁSIO, COORDENADOR DO ESCRITÓRIO DA UNICEF NO RECIFE; FABIO CORREIA COSTA, REPRESENTANTE DA ARTICULAÇÃO AIDS EM PERNAMBUCO; FLAVIA VERAS, GERENTE DE ATENDIMENTO À SAÚDE DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE DA SAÚDE DA CIDADE DO RECIFE; LUCENIR GOMES, REPRESENTANTE DA ONG CIPÓ – COMUNICAÇÃO INTERATIVA E DA REDE SOU DE ATITUDE; LUIZ DOMINGUES, CORREGEDOR ADJUNTO DO CONSELHO REGIONAL DE MEDICINA DE PERNAMBUCO; MARIA DAS GRAÇAS S. MAGALHÃES, GERENTE DO DEPARTAMENTO DE SAÚDE DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE DA SECRETARIA ESTADUAL DE SAÚDE; NARA MENEZES, COORDENADORA DO PROGRAMA SAVE THE CHILDREN DO REINO UNIDO E NARA VIEIRA, COORDENADORA DO NÚCLEO SEXUALIDADE E SOCIEDADE DO INSTITUTO PAPAÍ. CONTINUANDO, USA DA PALAVRA A SENHORA ELAINE CARVALHO QUE INICIALMENTE PROJETA NA TELA ALGUMAS IMPORTANTES INFORMAÇÕES SOBRE O TEMA E APÓS ISSO APRESENTA UMA PALESTRA SOBRE A JUVENTUDE, EXPLICA O QUE O GRUPO ARTICULAÇÃO JOVEM PELA VIDA, QUAIS SÃO SUAS ATIVIDADES, SUAS OFICINAS TEMÁTICAS DE

CAPACITAÇÃO, AS SUAS AÇÕES DE PREVENÇÃO E DE ASSISTÊNCIA NAS COMUNIDADES, PRINCIPALMENTE COM RELAÇÃO À PREVENÇÃO DE DST E AIDS, E APRESENTA AINDA UM RELATÓRIO SOBRE QUE ENCONTROU NAS COMUNIDADES VISITADAS COM RELAÇÃO ÀS POLÍTICAS PÚBLICAS. FINALIZANDO INFORMA QUE O GRUPO PUBLICA UM JORNAL DENOMINADO GRITO PELA VIDA. PROSSEGUINDO A AUDIÊNCIA É EXIBIDO UM VÍDEO SOBRE AS ATIVIDADES DO GRUPO ARTICULAÇÃO JOVEM PELA VIDA.FAZ USO DA PALAVRA A SENHORA VALÉRIA PARA AFIRMAR QUE APÓS O QUE FOI VISTO NO VÍDEO, A ARTICULAÇÃO JOVEM PELA VIDA ESTÁ AQUI PARA TRAÇAR PARCERIAS E ALIANÇAS. AFIRMA AINDA QUE EM UM PRIMEIRO MOMENTO A AÇÃO DO GRUPO FOI VOLTADA AO MONITORAMENTO DE POLÍTICAS DE PREVENÇÃO VOLTADA AOS USUÁRIOS, MAS QUE ATUALMENTE O GRUPO AMPLIOU SEU PODER ATUAÇÃO EM NOVOS ESPAÇOS, COMO A CONFERENCIA DA SAÚDE E A ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA. CONCLUINDO FAZ A LEITURA DE UMA CARTA ENCAMINHADA A COMISSÃO DE SAÚDE E AFIRMA QUE QUER FORMALIZAR A PARCEIRA COM O PODER LEGISLATIVO, CONVIDANDO TODOS A ASSINAREM UM DOCUMENTO. PROSSEGUINDO A PRESIDÊNCIA CONCEDE A PALAVRA A DEPUTADA TERESA LEITÃO QUE INICIALMENTE INFORMA QUE A PROPOSTA DO GRUPO ARTICULAÇÃO JOVEM PELA VIDA VEM DE ENCONTRO A UM TRABALHO DESENVOLVIDO DESDE O INÍCIO DO ANO POR ESTA CASA, A CRIAÇÃO DE UMA COMISSÃO ESPECIAL DE ACOMPANHAMENTO DOS PROJETOS PARA A JUVENTUDE. REFORÇA A IMPORTÂNCIA DO PROTAGONISMO JUVENIL E PROPÕE A CRIAÇÃO DO CONSELHO ESTADUAL DA JUVENTUDE. AO FINAL PARABENIZA A INICIATIVA DO DEPUTADO NELSON PEREIRA E O APOIO DO PROFESSOR MANOEL LEONARDO, ASSESSOR DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO. CONTINUANDO A DEPUTADA ANA CAVALCANTI FAZ USO DA PALAVRA INICIALMENTE PARA SAUDAR AS ENTIDADES E PRESENCAS JÁ NOMEADAS ANTERIORMENTE E PARABENIZAR A INICIATIVA DA ARTICULAÇÃO JOVEM PELA VIDA DE REALIZAR O MONITORAMENTO DAS POLÍTICAS DE SAÚDE, EXERCENDO O PROTAGONISMO JUVENIL. SEGUNDO A ORADORA, ESSA INICIATIVA NOS MOSTRA A IMPORTÂNCIA DA MOTIVAÇÃO E MOBILIZAÇÃO DE UM GRUPO SOCIAL EM BUSCA DE UM IDEAL COLETIVO E REPRESENTA UM GRANDE AVANÇO PARA O NOSSO SISTEMA DEMOCRÁTICO. CONTINUANDO, RESSALTA O FATO DE QUE INICIATIVAS COMO ESTA DESPERTAM NO POVO AS FORÇAS DA MOBILIZAÇÃO E DA AÇÃO COLETIVA. É UM BELO EXEMPLO DEIXADO POR ESSES JOVENS, MOSTRANDO QUE PODE HAVER MUDANÇAS A PARTIR DESTA GERAÇÃO. O JOVEM DE HOJE DESPERTA PARA OCUPAR O SEU PAPEL DE PROTAGONISTA CENTRAL DOS PROBLEMAS SOCIAIS. TRAZER ESTA DISCUSSÃO PARA A ASSEMBLÉIA É VALORIZAR ESSA ATITUDE, QUE SINALIZA UMA MUDANÇA. ISSO COLOCA O PARLAMENTO EM SINTONIA COM AS REAIS NECESSIDADES DO CIDADÃO, PARA QUE POSSA EXERCER SEU PAPEL PROPOSITIVO E FISCALIZADOR DE MANEIRA EFETIVA. O TRABALHO DESSAS COMISSÕES ESPECIAIS QUE TRATAM DESTA PROBLEMÁTICA TEM GERADO UMA SÉRIE DE PROPOSIÇÕES LEGISLATIVAS EM DEFESA DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE E JOVEM. ESTA CASA ESTÁ ATENTA AO ESFORÇO QUE A SOCIEDADE CIVIL VEM FAZENDO PARA COLOCAR ESTE TEMA NA PAUTA DOS LEGISLATIVOS EM TODO O BRASIL. INFORMA QUE EM RAZÃO DISSO ALÉM DE ASSINAR O TERMO DE ADEÇÃO AO PACTO NACIONAL PELA INFÂNCIA E JUVENTUDE, ELA PRÓPRIA ESTÁ TRABALHANDO PELA IMPLANTAÇÃO DA FRENTE PARLAMENTAR. AFIRMA JÁ ESTAR COLETANDO AS ASSINATURAS PARA OFICIALIZAR A CRIAÇÃO DA FRENTE PARLAMENTAR E TRABALHANDO NA ARTICULAÇÃO POLÍTICA PARA QUE ISSO SE EFETIVE O MAIS RÁPIDO POSSÍVEL. FINALIZANDO REAFIRMA O SEU COMPROMISSO COM A CAUSA E SE COLOCO À DISPOSIÇÃO COMO ARTICULADORA NESSE PROCESSO. CONCLUINDO PARABENIZA A INICIATIVA DO DEPUTADO NELSON PEREIRA, DO GRUPO E DO PROFESSOR MANOEL LEONARDO, CIENTISTA POLÍTICO E ASSESSOR DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO. EM SEGUIDA A PRESIDÊNCIA CONCEDE A PALAVRA A SENHORA MARIA DAS GRAÇAS S. MAGALHÃES, GERENTE DO DEPARTAMENTO DE SAÚDE DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE DA SECRETARIA ESTADUAL DE SAÚDE QUE FAZ SUAS CONSIDERAÇÕES SOBRE O TEMA REFORÇANDO A IMPORTÂNCIA DA PARTICIPAÇÃO DOS JOVENS. ABORDA O PROGRAMA DO GOVERNO COM RELAÇÃO AS AIDS, CONSIDERADO UM DOS MELHORES DO MUNDO MESMO COM TODOS OS PROBLEMAS QUE EXISTEM. ELOGIA O TRABALHO DE MONITORAMENTO E APRESENTA UM BOLETIM INFORMATIVO SOBRE DST NO ESTADO, DISTRIBUINDO-O JUNTO COM CINCO LIVRETOS SOBRE O TEMA. EM SEGUIDA USA DA PALAVRA A SENHORA FLAVIA VERAS, GERENTE DE ATENDIMENTO À SAÚDE DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE DA SAÚDE DA CIDADE DO RECIFE PROPÕE O APROFUNDAMENTO DO TEMA E DO MONITORAMENTO. SUGERE APRESENTAR, EM OUTRA OCASIÃO, AS ATIVIDADES DESENVOLVIDAS NA CIDADE DO RECIFE NA PREVENÇÃO DAS DST E AFIRMA QUE HÁ MAIS NECESSIDADE DE CONSTRUIR QUE DE FISCALIZAR. A PRESIDÊNCIA CONCEDE A PALAVRA A SENHORA NARA MENEZES, COORDENADORA DO PROGRAMA SAVE THE CHILDREN DO REINO UNIDO QUE AGRADECE O APOIO DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA E DO PROFESSOR MANOEL LEONARDO. DEFINE O QUE É SAVE THE CHILDREN, QUAIS SUAS AÇÕES. ABORDA A REDE DE MONITORAMENTO E AFIRMA QUE IRÁ IMPULSIONAR A CRIAÇÃO DA FRENTE PARLAMENTAR. AO FINAL CRITICA OS CORTES FEITOS NO ORÇAMENTO NAS ÁREAS SOCIAIS E COLOCA-SE A DISPOSIÇÃO DESTA CASA PARA POSTERIORES ESCLARECIMENTOS. FAZ USO DA PALAVRA O SENHOR FABIO CORREIA COSTA, REPRESENTANTE DA ARTICULAÇÃO AIDS EM PERNAMBUCO; QUE FAZ UM BREVE RELATO SOBRE AS DIFICULDADES DE SUA ONG E SOBRE DOCUMENTOS QUE JÁ FORAM ENTREGUES AO GOVERNO DE PERNAMBUCO E AO MINISTÉRIO PÚBLICO, INFELIZMENTE AINDA SEM RESPOSTA. PROSSEGUINDO A PRESIDÊNCIA CONCEDE A PALAVRA A SENHORA LUCENIR GOMES, REPRESENTANTE DA ONG CIPÓ – COMUNICAÇÃO INTERATIVA E DA REDE SOU DE ATITUDE QUE FALA SOBRE A REDE SOU DE ATITUDE E REFORÇA A IMPORTÂNCIA DO PAPEL DO MONITORAMENTO DO JOVEM. FAZ USO DA PALAVRA A SENHORA CECÍLIA BELTRÃO, DIRETORA EXECUTIVA DE PLANEJAMENTO DA ONG AUÇUBA – COMUNICAÇÃO E EDUCAÇÃO PARA INFORMAR QUE A SECRETARIA PENSA EM EXPANDIR AÇÕES COMO ESSAS DE MONITORAMENTO E QUE O PROTAGONISMO JUVENIL, FELIZMENTE, VEM CRESCENDO EM TODO MUNDO. A PRESIDÊNCIA CONCEDE A PALAVRA AO SENHOR FABIO ATANÁSIO, COORDENADOR DO ESCRITÓRIO DA UNICEF NO RECIFE QUE AGRADECE O CONVITE, REFORÇA A IDÉIA DA CRIAÇÃO DA FRENTE PARLAMENTAR E INFORMA QUE NO UNICEF NÃO EXISTEM POLÍTICAS DIFERENCIADAS PARA CRIANÇAS, ADOLESCENTES E JOVENS E SIM UMA POLÍTICA ÚNICA PARA TODOS. ELOGIA O TRABALHO DESENVOLVIDO PELO GRUPO, ELOGIA O VÍDEO EXIBIDO E AFIRMA QUE PRECISAMOS SAIR DO PROTAGONISMO SIMBÓLICO PARA O PROTAGONISMO REAL. DESTACA QUE NÃO VIU NINGUÉM ABORDAR A QUESTÃO DA ASSISTÊNCIA PSICOLÓGICA COM RELAÇÃO AO HIV. ABORDA A QUESTÃO DOS CORTES NO ORÇAMENTO E COMPROMETE-SE A DISPONIBILIZAR AOS PRESENTES, POSTERIORMENTE, UM DOCUMENTO DO UNICEF QUE EXPLICA EM DETALHES O QUE É UM ORÇAMENTO, DENOMINADO DE OLHO NO ORÇAMENTO. INICIADA FASE DE DEBATE, EM VIRTUDE DO ADIANTADO DA HORA, A PRESIDÊNCIA SOLICITA QUE APENAS DOIS JOVENS USEM A PALAVRA. O PRIMEIRO É O SENHOR JULIO QUE REPRESENTA O MOVIMENTO NACIONAL DE MENINOS E MENINAS DE RUA QUE VEM PROPOR QUE ESSAS ATIVIDADES ESTEJAM MAIS PRÓXIMAS DO INTERIOR DOS ESTADOS, NÃO SE LIMITANDO AS REGIÕES METROPOLITANAS DAS CAPITAIS. ABORDA AINDA A QUESTÃO DOS CORTES NO ORÇAMENTO, INDAGANDO PORQUE OS JETONS NÃO FORAM CORTADOS. E O SEGUNDO O SENHOR WEBER QUER EXPÕE E REAFIRMA AS DIFICULDADES JÁ ELENCADAS PELOS ORADORES ANTERIORES. O SENHOR PRESIDENTE, DEPUTADO ROBERTO LIBERATO, INFORMA QUE COM RELAÇÃO AO ORÇAMENTO, JÁ EXISTE UMA SOLICITAÇÃO DE AUDIÊNCIA PÚBLICA NA COMISSÃO DE FINANÇAS COM A FINALIDADE DE DISCUTIR VERBAS PARA A INFÂNCIA E JUVENTUDE. INFORMA AINDA QUE ESTA SOLICITAÇÃO FOI FEITA PELA CONSELHO NACIONAL EM DEFESA DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE, E QUE TODOS OS PRESENTES SERÃO INFORMADOS QUANDO A DATA ESTIVER DEFINIDA. EM SEGUIDA O DEPUTADO NELSON PEREIRA USA DA PALAVRA PARA RESSALTAR A IMPORTÂNCIA DAS ENTIDADES AQUI PRESENTES, A IMPORTÂNCIA DO TEMA DISCUTIDO E RECONHECENDO QUE CERTOS TEMAS AINDA SÃO TABUS, MAS QUE SÃO TABUS QUE PRECISAM SER QUEBRADOS. AGRADECE A PARTICIPAÇÃO DE TODOS, EM ESPECIAL A COLABORAÇÃO DO PROFESSOR MANOEL LEONARDO, CIENTISTA POLÍTICO E ASSESSOR DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO. O SENHOR PRESIDENTE, DEPUTADO ROBERTO LIBERATO, COLOCA-SE A DISPOSIÇÃO DOS PRESENTES, ELOGIA A AUDIÊNCIA PÚBLICA, A INICIATIVA DO DEPUTADO NELSON PEREIRA, A CRIAÇÃO DA FRENTE PARLAMENTAR EM DEFESA DOS DIREITOS DA INFÂNCIA E JUVENTUDE PROPOSTA PELA DEPUTADA ANA CAVALCANTI, AGRADECE A PRESENÇA DE TODOS E NÃO HAVENDO MAIS NADA A SER TRATADO, A PRESIDÊNCIA ENCERRA A PRESENTE AUDIÊNCIA PÚBLICA E EU, JULIA IZABEL NUNES FRAGA, LAVREI A PRESENTE ATA QUE VAI NOMINADA PELOS MEMBROS ABAIXO:

SALA DA COMISSÃO, 27 DE OUTUBRO DE 2005.

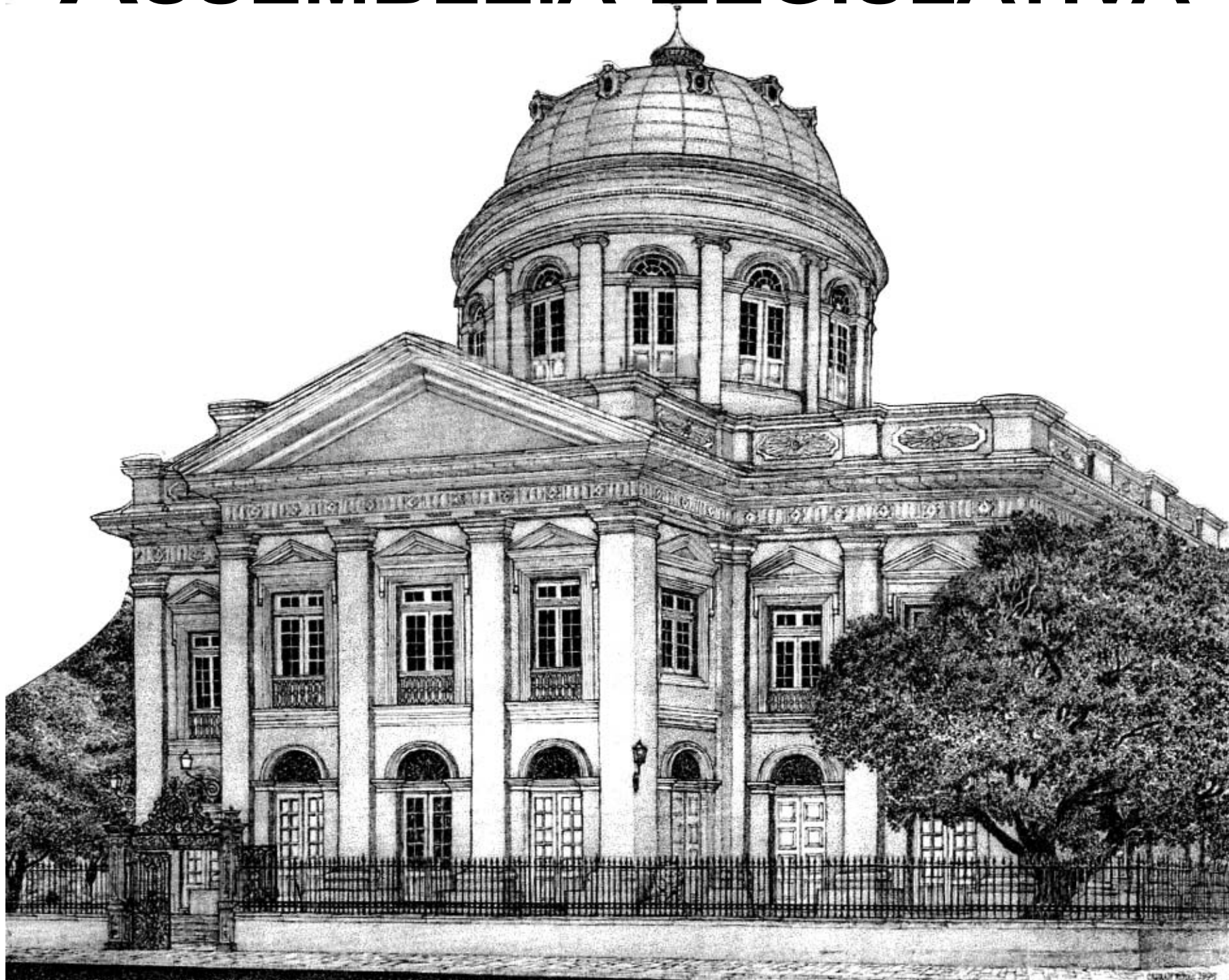
<u>Comissão de Educação e Cultura</u>
DEP. ROBERTO LIBERATO
Presidente
DEP. SILVIO COSTA
DEP. JACILDA URQUISA
Comissão de Saúde
DEP. MAVIAEL CAVALCANTI
Presidente

DEP. ADELMO DUARTE

Suplentes

DEP. AURORA CRISTINA

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA



A CASA DE TODOS OS PERNAMBUCANOS

MESA DIRETORA:

DEPUTADO ROMÁRIO DIAS	-	PRESIDENTE
DEPUTADO ETTORE LABANCA	-	1º VICE-PRESIDENTE
DEPUTADO RAIMUNDO PIMENTEL	-	2º VICE-PRESIDENTE
DEPUTADO JOÃO NEGROMONTE	-	1º SECRETÁRIO
DEPUTADO GUILHERME UCHÔA	-	2º SECRETÁRIO
DEPUTADO SÉRGIO LEITE	-	3º SECRETÁRIO
DEPUTADA CARLA LAPA	-	4º SECRETÁRIA